

## **Aula 03**

*Caixa Econômica Federal - CEF (Técnico  
Bancário) Estatuto da Pessoa com  
Deficiência*

Autor:  
**Ricardo Torques**

25 de Janeiro de 2023

# Índice

1) Acesso à Justiça .....	3
2) Legislação Destacada - Acesso à Justiça .....	10
3) Resumo - Acesso à Justiça .....	12
4) Crimes e Infrações Administrativas .....	14
5) Legislação Destacada - Crimes e Infrações Administrativas .....	18
6) Resumo - Crimes e Infrações Administrativas .....	20
7) Disposições Finais e Transitórias .....	21
8) Legislação Destacada - Disposições Finais e Transitórias .....	33
9) Resumo - Disposições Finais e Transitórias .....	35
10) Normas Alteradas pelo Estatuto .....	37
11) Resumo - Normas Alteradas pelo Estatuto .....	56
12) Questões Comentadas - Acesso à Justiça - Outras Bancas .....	60
13) Questões Comentadas - Crimes e Infrações Administrativas - Outras Bancas .....	63
14) Questões Comentadas - Disposições Finais e Transitórias - Outras Bancas .....	66
15) Questões Comentadas - Normas Alteradas pelo Estatuto - Outras Bancas .....	69
16) Lista de Questões - Acesso à Justiça - Outras Bancas .....	71
17) Gabarito - Acesso à Justiça - Outras Bancas .....	72
18) Lista de Questões - Crimes e Infrações Administrativas - Outras Bancas .....	73
19) Gabarito - Crimes e Infrações Administrativas - Outras Bancas .....	75
20) Lista de Questões - Disposições Finais e Transitórias - Outras Bancas .....	76
21) Gabarito - Disposições Finais e Transitórias - Outras Bancas .....	77
22) Lista de Questões - Normas Alteradas pelo Estatuto - Outras Bancas .....	78
23) Gabarito - Normas Alteradas pelo Estatuto - Outras Bancas .....	79



## ACESSO À JUSTIÇA

No que diz respeito ao acesso ao Poder Judiciário às pessoas com deficiência, o Estatuto trata do assunto em título específico, denotando a importância conferida à matéria.

Além de determinar que o Poder Público assegure o acesso à pessoa com deficiência ao Poder Judiciário em **igualdade de condições com as demais pessoas**, especialmente por intermédio do uso da tecnologia assistiva, **outorga à Defensoria Pública e ao Ministério Público o dever de tomar as medidas necessárias ao acesso pleno**.

Define o Estatuto que as pessoas com deficiência possuem autonomia para a tomada de decisões quando em Juízo. Caso entenda necessário, o deficiente poderá se valer de instrumento de decisão apoiada e da curatela, constituída como medida protetiva extraordinária e proporcional às necessidades de acordo com as circunstâncias do caso.

Isso é relevante na medida em que a intervenção de terceiros em processos judiciais em que a pessoa com deficiência é parte no processo é medida excepcional. Além disso, institutos interventivos estão restritos aos aspectos patrimoniais e negociais, não alcançando o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.

Esses conceitos iniciais são extraídos do art. 79 e seguintes das disposições gerais.

### 1 - Disposições Gerais

Vamos começar com a leitura do art. 79, do Estatuto:

Art. 79. O poder público deve assegurar o **acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de oportunidades** com as demais pessoas, garantindo, sempre que requeridos, adaptações e recursos de tecnologia assistiva.

§ 1º A fim de garantir a atuação da pessoa com deficiência em todo o processo judicial, o poder público deve **capacitar os membros e os servidores que atuam no Poder Judiciário, no Ministério Público, na Defensoria Pública, nos órgãos de segurança pública e no sistema penitenciário** quanto aos direitos da pessoa com deficiência.

§ 2º Devem ser assegurados à pessoa com deficiência submetida a medida restritiva de liberdade todos os direitos e garantias a que fazem jus os apenados sem deficiência, garantida a acessibilidade.

§ 3º A Defensoria Pública e o Ministério Público tomarão as medidas necessárias à garantia dos direitos previstos nesta Lei.

Desse dispositivo, destaca-se o dever de capacitar servidores públicos para viabilizar o acesso à Justiça. É justamente nesse contexto que se coloca a obrigatoriedade de cobrança desse conteúdo em provas de



concurso público, tal como exige o art. 19, da Resolução CNJ nº 230/2016, em relação aos órgãos do Poder Judiciário.

No mesmo sentido está o art. 80:

Art. 80. Devem ser oferecidos todos os **recursos de tecnologia assistiva** disponíveis para que a pessoa com deficiência tenha garantido o acesso à justiça, sempre que figure em um dos polos da ação ou atue como testemunha, participe da lide posta em juízo, advogado, defensor público, magistrado ou membro do Ministério Público.

Parágrafo único. A pessoa com deficiência tem garantido o acesso ao conteúdo de todos os atos processuais de seu interesse, inclusive no exercício da advocacia.

Art. 81. Os direitos da pessoa com deficiência serão garantidos por ocasião da aplicação de sanções penais.

Art. 82. (VETADO).

Art. 83. Os **serviços notariais e de registro não podem negar ou criar óbices ou condições diferenciadas à prestação de seus serviços em razão de deficiência** do solicitante, devendo reconhecer sua capacidade legal plena, garantida a acessibilidade.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no **caput** deste artigo constitui discriminação em razão de deficiência.

Duas informações importantes em relação aos dispositivos acima citados:

↳ Não apenas as partes processuais devem gozar de garantias suficientes para o acesso à Justiça.

É natural pensarmos que autores e réus com deficiência devem ter acesso aos autos de forma acessível e com a disponibilização dos recursos de tecnologia assistiva.

E se o advogado, o membro do MP, o magistrado, o intérprete e o perito forem pessoas com deficiência?

A eles também deve ser assegurada, como forma de realização do acesso à justiça, a acessibilidade e tecnologias assistidas no processo, tal como se extrai do art. 80, acima citado.

Ä A materialização do acesso à Justiça vai além do atendimento eminentemente judicial.

O art. 81 destaca a necessidade de garantia dos direitos às pessoas com deficiência no cumprimento de sentenças penais. No mesmo sentido, o art. 83 afirma que os serviços de notas e de registro devem ser acessíveis e não podem dispensar tratamento diferenciado às pessoas com deficiência.

Para a prova:



### DISPOSIÇÕES GERAIS

- Igualdade de acesso ao Poder Judiciário, abrangendo também o sistema penitenciário e os serviços de notas e de registro.
- O acesso à pessoa com deficiência não se restringe às partes (autores e réus), mas abrange todos que, de certo modo, tenham contato com o Poder Judiciário (terceiros, advogados, MP, DP, magistrados, intérpretes, conciliadores, mediadores, peritos etc.).
- Capacitação dos servidores públicos que atuam no Poder Judiciário, no Ministério Público, em órgãos de segurança pública e no sistema penitenciário.
- À pessoa com deficiência que estiver cumprindo medida restritiva de liberdade deve ser assegurada acessibilidade.
- Responsabilidade da DP/MP garantir o acesso à Justiça da pessoa com deficiência.

Vamos em frente!

## 2 - Reconhecimento igual perante a lei

Os arts. 84 a 87 trazem uma das principais alterações promovidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência em nosso ordenamento jurídico. O art. 3º, do CC – antes da edição da Lei nº 13.146/2015 –, previa ser absolutamente incapazes aqueles que tivessem enfermidade mental, uma vez que isso prejudicava o discernimento para a prática de atos civis. Também era considerada como situação de incapacidade absoluta aquele que, ainda que em decorrência de causa transitória, não pudesse exprimir sua vontade.

Em ambos os casos, tínhamos a orientação para que pessoas com deficiência – permanente ou transitória – não pudessem praticar atos da vida civil. A limitação à capacidade de exercício de direitos era superada com a interdição.

Após a edição do Estatuto, houve mudança paradigmática em nosso ordenamento jurídico. O art. 3º, do CC, foi reformulado pelo Estatuto na qualidade de diploma alterador. Além disso, tivemos a redação dos arts. 84 a 87, que estudamos agora.

A regra atual é a de que **pessoa com deficiência preserva sua capacidade em igualdade de condições com as demais pessoas**. Isso vem previsto no *caput* abaixo:

Art. 84. A pessoa com deficiência tem assegurado o **direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas**.

A ideia é evitar a discriminação, postulado do Estatuto, conforme já estudado. Contudo, em determinadas situações haverá a necessidade de auxílio de terceiro para a prática de atos civis pelas pessoas com deficiência. Ao contrário do que tínhamos no CC, a averiguação da necessidade de auxílio por terceiros dependerá da análise do caso concreto.

Portanto, a incapacidade civil da pessoa com deficiência não é presumida, mas decretável à luz do caso concreto, para auxiliá-la para a prática de atos de caráter patrimonial e negociais.



Esse auxílio poderá decorrer da curatela ou da tomada de decisão apoiada. Veja:

§ 1º Quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida à CURATELA, conforme a lei.

§ 2º É facultado à pessoa com deficiência a adoção de processo de TOMADA DE DECISÃO APOIADA.

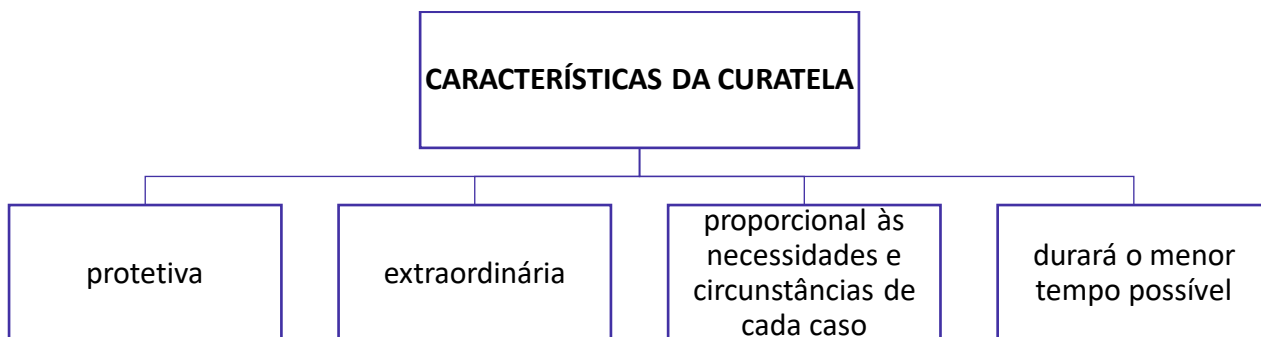
§ 3º A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível.

§ 4º Os curadores são obrigados a prestar, anualmente, contas de sua administração ao juiz, apresentando o balanço do respectivo ano.

A tomada de decisão apoiada é menos interventiva e está disciplinada no Código Civil, no art. 1.783-A, assunto ao qual faremos referência adiante.

De todo modo, desde já, é importante que compreendamos a ideia geral do instituto. Por intermédio da tomada de decisão apoiada cria-se um mecanismo protetivo à pessoa com deficiência que, livremente, poderá optar pelo auxílio de, pelo menos, duas pessoas com as quais mantenha vínculo a fim de auxiliá-la a tomar decisões. Não constitui forma de mitigação da capacidade, mas medida de apoio.

A curatela é medida excepcional. Cuida o art. 84, §3º, de caracterizar a curatela da seguinte forma:



Vamos compreender cada um desses termos?!

Trata-se de medida que visa garantir e promover direito das pessoas com deficiência que, em razão da incapacidade verificada na prática, necessitará de auxílio para decidir sobre questões patrimoniais.

É medida extraordinária, pois, ao contrário da orientação anterior, com o advento da Lei nº 13.146/2016 presume-se a plena capacidade, tal como consta do *caput*, do art. 84.

Será proporcional às necessidades e às circunstâncias do caso concreto, pois a curadoria será fixada à luz do que o magistrado compreender como necessário para que não haja prejuízo à esfera jurídica da pessoa com deficiência, garantindo-se, ao máximo, a sua autodeterminação. Não há como criar parâmetros ou definir critérios objetivos, cumpre ao magistrado definir, na decisão que admite a formação da curadoria, a extensão da medida protetiva.

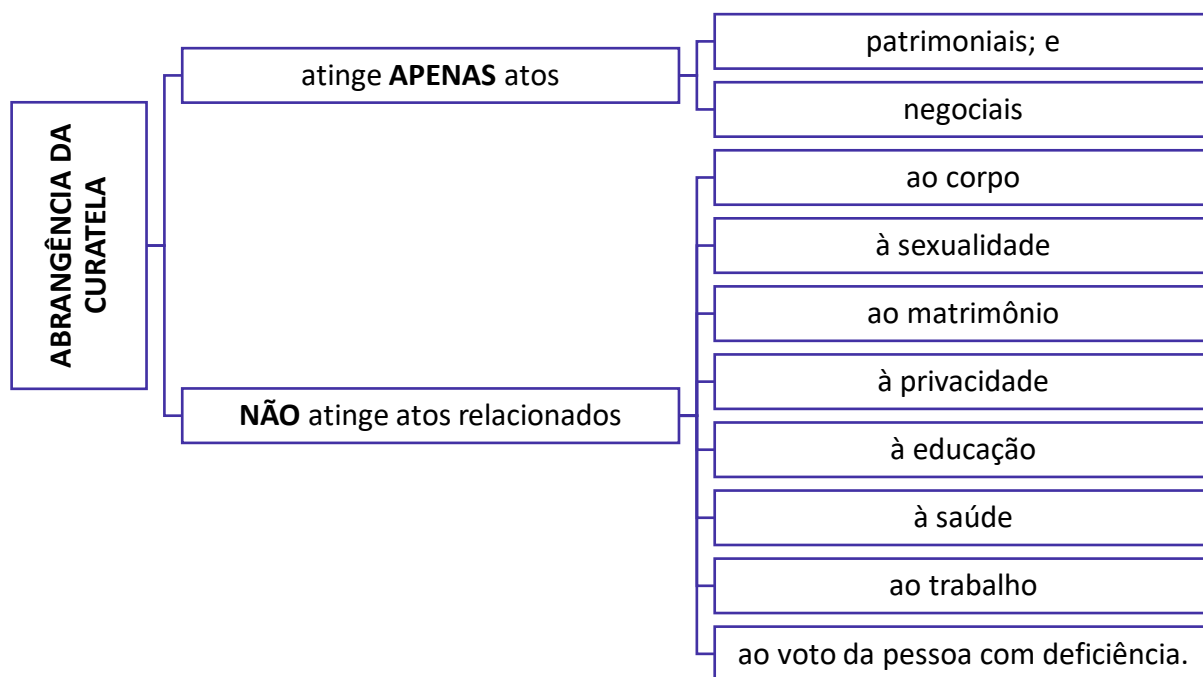


Como a presunção é pela capacidade, quando não subsistirem os motivos que levaram à decretação da curadoria, ela deve ser cessada para **durar o menor tempo possível**.

Seguindo as orientações acima, nota-se que a curatela será formada para aspectos patrimoniais. Tudo que disser respeito aos direitos de personalidade da pessoa com deficiência, não é possível submeter à decisão ao curador. Nesse contexto, é clara a orientação do art. 85:

Art. 85. A curatela afetará **TÃO SOMENTE** os **atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial**.

Para a prova:



As restrições acima constam do §1º abaixo:

§ 1º A definição da curatela **NÃO** alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.

Conforme verificamos nas características da curatela, a medida é excepcional, competindo ao magistrado fixar expressamente na decisão as razões pelas quais adota a curadoria. Confira:

§ 2º A curatela constitui **medida extraordinária**, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado.

Em hipóteses ainda mais excepcionais, a pessoa com deficiência poderá precisar de **internação em instituição de atendimento** especializado. Nesse caso, para a decisão do **curador**, o magistrado deverá dar preferência a uma pessoa que tenha **laços** (proximidade) com a pessoa com deficiência. Esses laços podem ser de ordem familiar, afetiva ou comunitária.





§ 3º No caso de pessoa em situação de institucionalização, ao nomear curador, o juiz deve dar preferência a pessoa que tenha vínculo de natureza familiar, afetiva ou comunitária com o curatelado.

Além disso, conforme prevê o art. 86, do Estatuto, a curatela não pode ser utilizada como requisito para a emissão de documentos oficiais. Ou seja, não poderá ser exigida, por exemplo, para a emissão de carteira de identidade ou do passaporte, por entender a legislação que a emissão desses documentos constitui ato de natureza personalíssima. Veja:

Art. 86. **Para emissão de documentos oficiais, NÃO** será exigida a situação de **curatela** da pessoa com deficiência.

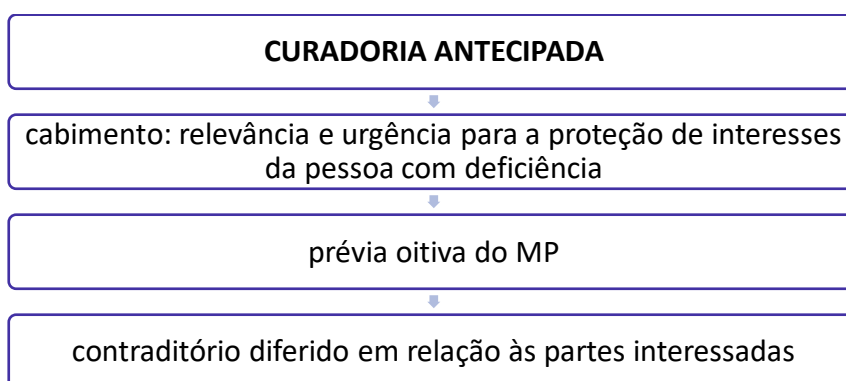
Por fim, embora haja necessidade de se conceder a curatela por intermédio de um procedimento em contraditório, inclusive com a oitiva da pessoa com deficiência, é possível a concessão de medida provisória quando verificados, no caso concreto, caso de relevância e urgência.

Há a possibilidade, portanto, de ser concedida medida provisória de natureza antecipada para proteger a pessoa com deficiência, nomeando, desde logo, um curador. Nesse caso, o contraditório será diferido. Ou seja, concede-se a curatela e, após, haverá oitiva das partes interessadas.

Em tais situações, ainda assim, será necessário colher um parecer do Ministério Público. Após, o juiz poderá decidir pela concessão da curatela em caráter antecipado.

Art. 87. Em casos de **relevância e urgência** e a fim de **proteger os interesses da pessoa com deficiência em situação de curatela**, será **lícito** ao juiz, **ouvido o Ministério Público**, de ofício ou a requerimento do interessado, **nomear, desde logo, curador provisório**, o qual estará sujeito, no que couber, às disposições do Código de Processo Civil.

Sobre a curadoria provisória em caráter antecipado, lembre-se de que:



De todas as informações abordadas, fixe:







### CAPACIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

⇒ A pessoa com deficiência é plenamente capaz (não é mais considerada absolutamente incapaz na redação originária do art. 3º, do CC).

⇒ Excepcionalmente é possível a adoção da tomada de decisão apoiada ou da curatela.

TOMADA DE DECISÃO APOIADA	CURATELA
Instrumento de auxílio do qual a pessoa com deficiência poderá se valer para tomar decisões, nomeando-se, pelo menos, duas pessoas de confiança para auxiliá-la na prática de atos civis.	Redução tópica da capacidade civil da pessoa com deficiência com a finalidade de protegê-la para a prática de atos patrimoniais.
Não há relativização da capacidade civil.	Há relativização da capacidade civil.
	<p>Características da Curatela:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ protetiva;</li> <li>⇒ extraordinário;</li> <li>⇒ proporcional às necessidades e às circunstâncias do caso concreto.</li> </ul> <p>Depende de decisão judicial fundamentada.</p> <p>Abrange:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ atos de caráter patrimonial; e</li> <li>⇒ atos de caráter negocial.</li> </ul> <p>Não abrange:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>⇒ direito ao corpo;</li> <li>⇒ direito à sexualidade;</li> <li>⇒ direito ao matrimônio;</li> <li>⇒ direito à privacidade;</li> <li>⇒ direito à educação;</li> <li>⇒ direito à saúde;</li> <li>⇒ direito ao trabalho;</li> <li>⇒ direito ao voto; e</li> <li>⇒ emissão de documentos oficiais.</li> </ul>

Com isso, encerramos mais um tópico.



## LEGISLAÇÃO DESTACADA

➤ **art. 79**, da Lei nº 13.146/2015: acesso à justiça pela pessoa com deficiência

Art. 79. O poder público deve assegurar o **acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de oportunidades** com as demais pessoas, garantindo, sempre que requeridos, adaptações e recursos de tecnologia assistiva.

§ 1º A fim de garantir a atuação da pessoa com deficiência em todo o processo judicial, o poder público deve **capacitar os membros e os servidores que atuam no Poder Judiciário, no Ministério Público, na Defensoria Pública, nos órgãos de segurança pública e no sistema penitenciário** quanto aos direitos da pessoa com deficiência.

§ 2º Devem ser assegurados à pessoa com deficiência submetida a medida restritiva de liberdade todos os direitos e garantias a que fazem jus os apenados sem deficiência, garantida a acessibilidade.

§ 3º A Defensoria Pública e o Ministério Público tomarão as medidas necessárias à garantia dos direitos previstos nesta Lei.

➤ **art. 80**, da Lei nº 13.146/2015: reconhecimento da igualdade perante a lei

Art. 84. A pessoa com deficiência tem assegurado o **direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas**.

§ 1º Quando **necessário**, a pessoa com deficiência será submetida à **curatela**, conforme a lei.

§ 2º É **facultado** à pessoa com deficiência a **adoção de processo de TOMADA DE DECISÃO APOIADA**.

§ 3º A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui **medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível**.

§ 4º Os curadores são obrigados a prestar, anualmente, contas de sua administração ao juiz, apresentando o balanço do respectivo ano.

➤ **art. 85**, da Lei nº 13.146/2015: limitação da curadoria a atos de natureza patrimonial e negocial

Art. 85. A curatela afetará **TÃO SOMENTE** os **atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial**.

§ 1º A definição da curatela **NÃO alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto**.



§ 2º A curatela constitui **medida extraordinária**, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado.

§ 3º No caso de pessoa em situação de institucionalização, ao nomear curador, o juiz deve dar preferência a pessoa que tenha vínculo de natureza familiar, afetiva ou comunitária com o curatelado.

➤ **art. 86**, da Lei nº 13.146/2015: impossibilidade de exigência de curadoria para emissão de documentos oficiais.

Art. 86. **Para emissão de documentos oficiais**, **NÃO** será exigida a situação de **curatela** da pessoa com deficiência.

➤ **art. 87**, da Lei nº 13.146/2015: possibilidade de concessão de tutela antecipada em curadoria

Art. 87. Em casos de **relevância e urgência** e a fim de **proteger os interesses da pessoa com deficiência em situação de curatela**, será **lícito** ao juiz, **ouvido o Ministério Público**, de ofício ou a requerimento do interessado, **nomear, desde logo, curador provisório**, o qual estará sujeito, no que couber, às disposições do Código de Processo Civil.



## RESUMO - ACESSO À JUSTIÇA

### ○ DISPOSIÇÕES GERAIS

- ↳ Igualdade de acesso ao Poder Judiciário, abrangendo também o sistema penitenciário de serviços e notas e de registro.
- ↳ O acesso à pessoa com deficiência não se restringe às partes (autores e réus), mas abrange a todos que, de certo modo, tenham contato com o Poder Judiciário (terceiros, advogados, MP, DP, magistrados, intérpretes, conciliadores, mediadores, peritos etc.).
- ↳ Capacitação dos servidores públicos que atuam no Poder Judiciário, no Ministério Público, em órgãos de segurança pública e sistema penitenciário.
- ↳ À pessoa com deficiência que estiver cumprindo medida restritiva de liberdade deve ser assegurada acessibilidade.
- ↳ Responsabilidade de a DP/MP garantir o acesso à Justiça da pessoa com deficiência.

### ○ CAPACIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

- ↳ A pessoa com deficiência é plenamente capaz (não é mais considerada absolutamente incapaz na redação originária do art. 3º, do NCPC).
- ↳ Excepcionalmente é possível a adoção da tomada de decisão apoiada ou da curatela.

### ○ TOMADA DE DECISÃO APOIADA

- ↳ Instrumento de auxílio do qual a pessoa com deficiência poderá se valer para tomar decisões, nomeando-se, pelo menos, duas pessoas de confiança para auxiliá-la na prática de atos civis.
- ↳ Não há relativização da capacidade civil.
- ↳ Características da Curatela:
  - protetiva;
  - extraordinário;
  - proporcional às necessidades e às circunstâncias do caso concreto.



↳ Depende de decisão judicial fundamentada.

↳ Abrange:

- atos de caráter patrimonial; e
- atos de caráter negocial.

↳ Não abrange:

- direito ao corpo;
- direito à sexualidade;
- direito ao matrimônio;
- direito à privacidade;
- direito à educação;
- direito à saúde;
- direito ao trabalho;
- direito ao voto; e
- emissão de documentos oficiais.

## ○ CURATELA

↳ Redução tópica da capacidade civil da pessoa com deficiência com a finalidade de protegê-la para a prática de atos patrimoniais.

↳ Há relativização da capacidade civil.

## ○ CURADORIA ANTECIPADA

↳ cabimento: relevância e urgência para a proteção de interesses da pessoa com deficiência

↳ prévia oitiva do MP

↳ contraditório diferido em relação às partes interessadas



## CRIMES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Os arts. 88 a 91 estabelecem um rol de infrações administrativas e de crimes específicos quando envolver ilícitos que tenha a participação de pessoas com deficiência.

Para fins do estudo, importa tão somente compreender a tipificação. Portanto, primeiro vejamos a literalidade; na sequência, em alguns tipos penais faremos algumas observações e, ao final, o quadro-síntese:

Art. 88. Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Aumenta-se a pena em 1/3 (um terço) se a vítima encontrar-se sob cuidado e responsabilidade do agente.

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no **caput** deste artigo é cometido por intermédio de meios de comunicação social ou de publicação de qualquer natureza:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência:

I - recolhimento ou busca e apreensão dos exemplares do material discriminatório;

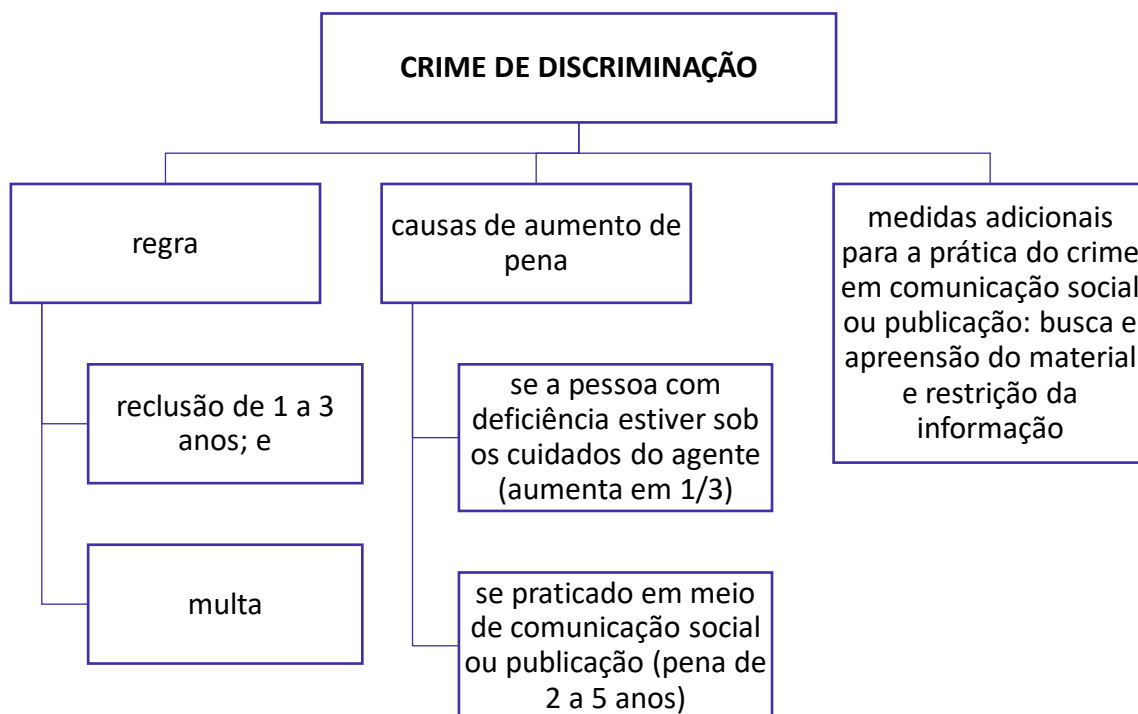
II - interdição das respectivas mensagens ou páginas de informação na internet.

§ 4º Na hipótese do § 2º deste artigo, constitui efeito da condenação, após o trânsito em julgado da decisão, a destruição do material apreendido.

A discriminação contra pessoa com deficiência é crime, punível com pena de reclusão (de 1 a 3 anos) e aplicação de multa.

Esse tipo estabelece duas questões importantes: causas de aumento de pena e medidas adicionais, para além da reclusão e da multa em algumas circunstâncias. Assim:





Sigamos!

Art. 89. Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão, benefícios, remuneração ou qualquer outro rendimento de pessoa com deficiência:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. Aumenta-se a pena em 1/3 (um terço) se o crime é cometido:

I - por tutor, curador, síndico, liquidatário, inventariante, testamenteiro ou depositário judicial; ou

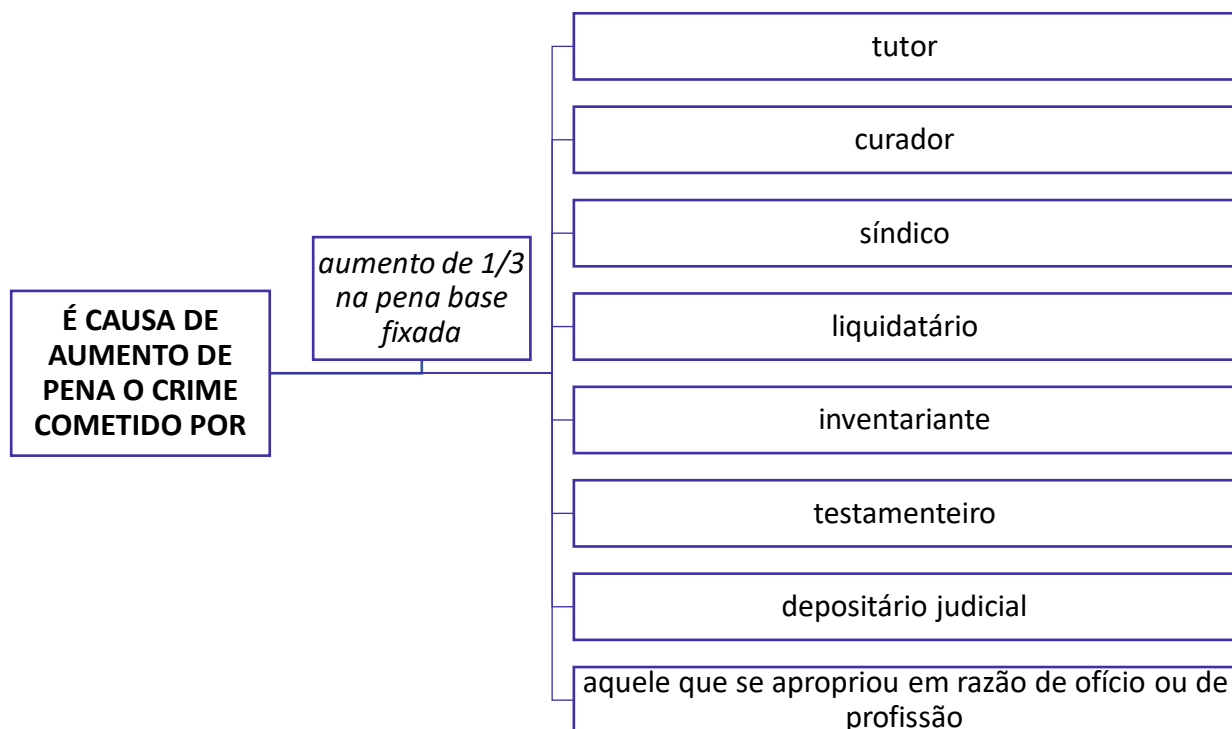
II - por aquele que se apropriou em razão de ofício ou de profissão.

No art. 89 temos o crime de apropriação de bens da pessoa com deficiência, que gera uma responsabilização penal um pouco mais grave, que consiste em reclusão (de 1 a 4 anos) e multa.

Do mesmo modo, a depender de quem for o agente, temos uma causa de aumento de pena (de 1/3). São pessoas que possuem algum lastro ou proximidade em relação à pessoa com deficiência, o que justifica uma reprimenda mais intensa.







Sigamos!

Art. 90. Abandonar pessoa com deficiência em hospitais, casas de saúde, entidades de abrigamento ou congêneres:

Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem não prover as necessidades básicas de pessoa com deficiência quando obrigado por lei ou mandado.

O crime de abandono em hospitais de pessoa com deficiência gera multa e reclusão de 6 meses a 3 anos. Tal pena aplica-se não apenas àquele que abandonar a pessoa com deficiência, mas também à pessoa que não prover, quando obrigado, as necessidades básicas da pessoa com deficiência.

O último tipo penal consta do art. 91, do Estatuto da Pessoa com Deficiência:

Art. 91. Reter ou utilizar cartão magnético, qualquer meio eletrônico ou documento de pessoa com deficiência destinados ao recebimento de benefícios, proventos, pensões ou remuneração ou à realização de operações financeiras, com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. Aumenta-se a pena em 1/3 (um terço) se o crime é cometido por tutor ou curador.



Trata-se de situação específica que envolve a utilização dos recursos da pessoa com deficiência de forma indevida. Se qualquer pessoa, valendo-se de relação que mantenha com a pessoa com deficiência, desviar valores a ela devido para atender à vantagem indevida, pratica crime punível com pena de detenção (6 meses a 2 anos) e multa.

Como o tutor e o curador, por terem responsabilidade de prestar auxílio, e, inclusive, dever de prestação de contas por auxiliarem na administração dos bens da pessoa com deficiência, no caso de praticarem a conduta descrita no *caput*, do art. 91, sofrem pena aumentada em 1/3.

De tudo o exposto, entendemos que você deve ficar atento às informações do esquema abaixo:



<b>Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência.</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>↳ RECLUSÃO de 1 a 3 anos e multa.</li><li>↳ CAUSA DE AUMENTO DE PENA (1/3): vítima estar sob cuidado ou sob responsabilidade do agente.</li><li>↳ RECLUSÃO de 2 a 5 anos e multa, SE cometido por intermédio de meios de comunicação social ou de publicação de qualquer natureza (pode-se determinar busca e apreensão dos documentos e/ou interdição das mensagens ou páginas da internet).</li></ul>
<b>Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão, benefícios, remuneração ou qualquer outro rendimento de pessoa com deficiência.</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>↳ RECLUSÃO de 1 a 4 anos e multa.</li><li>↳ CAUSA DE AUMENTO DE PENA (1/3): se cometido por tutor, curador, síndico, liquidatário, inventariante, testamenteiro, depositário judicial ou por aquele que se apropriou em razão do ofício ou profissão.</li></ul>
<b>Abandonar pessoa com deficiência em hospitais, casas de saúde, entidades de abrigo ou congêneres. * inclui quem não prover as necessidades básicas de pessoa com deficiência quando obrigado por lei ou mandado.</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>↳ RECLUSÃO de 6 meses a 3 anos e multa.</li></ul>
<b>Reter ou utilizar cartão magnético, qualquer meio eletrônico ou documento de pessoa com deficiência destinados ao recebimento de benefícios, proventos, pensões ou remuneração ou à realização de operações financeiras, com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem.</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>↳ DETENÇÃO de 6 meses a 2 anos e multa.</li><li>↳ CAUSA DE AUMENTO DE PENA (1/3): cometido por tutor ou curador.</li></ul>

Finalizamos, com isso, mais um tópico.



## LEGISLAÇÃO DESTACADA

➤ **art. 88** e seguintes da Lei nº 13.146/2015: crimes e infrações administrativas.

**Art. 88. Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência:**

Pena - reclusão, **de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.**

§ 1º Aumenta-se a pena em 1/3 (um terço) se a vítima encontrar-se sob cuidado e responsabilidade do agente.

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no **caput** deste artigo é cometido por intermédio de meios de comunicação social ou de publicação de qualquer natureza:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência:

I - recolhimento ou busca e apreensão dos exemplares do material discriminatório;

II - interdição das respectivas mensagens ou páginas de informação na internet.

§ 4º Na hipótese do § 2º deste artigo, constitui efeito da condenação, após o trânsito em julgado da decisão, a destruição do material apreendido.

**Art. 89. Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão, benefícios, remuneração ou qualquer outro rendimento de pessoa com deficiência:**

Pena - reclusão, **de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.**

Parágrafo único. Aumenta-se a pena em 1/3 (um terço) se o crime é cometido:

I - por tutor, curador, síndico, liquidatário, inventariante, testamenteiro ou depositário judicial; ou

II - por aquele que se apropriou em razão de ofício ou de profissão.

**Art. 90. Abandonar pessoa com deficiência** em hospitais, casas de saúde, entidades de abrigo ou congêneres:

Pena - reclusão, de **6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.**

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem não prover as necessidades básicas de pessoa com deficiência quando obrigado por lei ou mandado.



Art. 91. Reter ou utilizar cartão magnético, qualquer meio eletrônico ou documento de pessoa com deficiência destinados ao recebimento de benefícios, proventos, pensões ou remuneração ou à realização de operações financeiras, com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. Aumenta-se a pena em 1/3 (um terço) se o crime é cometido por tutor ou curador.



## RESUMO – CRIMES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

○ PRATICAR, INDUZIR OU INCITAR DISCRIMINAÇÃO DE PESSOA EM RAZÃO DE SUA DEFICIÊNCIA.

↳ RECLUSÃO de 1 a 3 anos e multa.

↳ CAUSA DE AUMENTO DE PENA (1/3): vítima estar sob cuidado ou sob responsabilidade do agente.

↳ RECLUSÃO de 2 a 5 anos e multa, SE cometido por intermédio de meios de comunicação social ou de publicação de qualquer natureza (pode-se determinar busca e apreensão dos documentos e/ou interdição das mensagens ou páginas da internet).

○ APROPRIAR-SE DE OU DESVIAR BENS, PROVENTOS, PENSÃO, BENEFÍCIOS, REMUNERAÇÃO OU QUALQUER OUTRO RENDIMENTO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

↳ RECLUSÃO de 1 a 4 anos e multa.

↳ CAUSA DE AUMENTO DE PENA (1/3): se cometido por tutor, curador, síndico, liquidatário, inventariante, testamenteiro, depositário judicial ou por aquele que se apropriou em razão do ofício ou profissão.

○ ABANDONAR PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM HOSPITAIS, CASAS DE SAÚDE, ENTIDADES DE ABRIGAMENTO OU CONGÊNERES.

↳ RECLUSÃO de 6 meses a 3 anos e multa.

\* inclui quem não prover as necessidades básicas de pessoa com deficiência quando obrigado por lei ou mandado.

○ RETER OU UTILIZAR CARTÃO MAGNÉTICO, QUALQUER MEIO ELETRÔNICO OU DOCUMENTO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA DESTINADOS AO RECEBIMENTO DE BENEFÍCIOS, PROVENTOS, PENSÕES OU REMUNERAÇÃO OU A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS, COM O FIM DE OBTER VANTAGEM INDEVIDA PARA SI OU PARA OUTREM.

↳ DETENÇÃO de 6 meses a 2 anos e multa.

↳ CAUSA DE AUMENTO DE PENA (1/3): cometido por tutor ou curador.



## DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Nas disposições finais e transitórias, temos a tratativa de assuntos específicos. Vamos citar esses dispositivos e, dada a reduzida possibilidade de cobrança em prova, vamos tecer algumas considerações.

Vamos lá!

### 👉 **Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência.**

Esse cadastro é um registro público que tem por finalidade mapear a questão socioeconômica de pessoas com deficiência e também de averiguar barreiras presentes na sociedade.

Trata-se de um cadastro administrado pelo Poder Público Federal que poderá celebrar convênios, acordos, termos de parceria ou contratos para alimentá-lo.

A utilização desse cadastro tem a finalidade de permitir a melhor formulação de políticas públicas e a realização de estudos e pesquisas.

Confira:

Art. 92. É criado o **Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Cadastro-Inclusão), **registro público eletrônico** com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações georreferenciadas que permitam a identificação e a caracterização socioeconômica da pessoa com deficiência, bem como das barreiras que impedem a realização de seus direitos.

§ 1º O Cadastro-Inclusão será **administrado pelo Poder Executivo federal** e constituído por base de dados, instrumentos, procedimentos e sistemas eletrônicos.

§ 2º Os dados constituintes do Cadastro-Inclusão serão obtidos pela integração dos sistemas de informação e da base de dados de todas as políticas públicas relacionadas aos direitos da pessoa com deficiência, bem como por informações coletadas, inclusive em censos nacionais e nas demais pesquisas realizadas no País, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

§ 3º Para coleta, transmissão e sistematização de dados, é **facultada a celebração de convênios, acordos, termos de parceria ou contratos** com instituições públicas e privadas, observados os requisitos e procedimentos previstos em legislação específica.

§ 4º Para assegurar a confidencialidade, a privacidade e as liberdades fundamentais da pessoa com deficiência e os princípios éticos que regem a utilização de informações, devem ser observadas as salvaguardas estabelecidas em lei.

§ 5º Os dados do Cadastro-Inclusão somente poderão ser utilizados para as seguintes finalidades:



I - formulação, gestão, monitoramento e avaliação das políticas públicas para a pessoa com deficiência e para identificar as barreiras que impedem a realização de seus direitos;

II - realização de estudos e pesquisas.

§ 6º As informações a que se refere este artigo devem ser disseminadas em formatos acessíveis.

#### ↳ **Inspeções e auditoria para controle das regras do Estatuto.**

Art. 93. Na realização de inspeções e de auditorias pelos órgãos de controle interno e externo, deve ser observado o cumprimento da legislação relativa à pessoa com deficiência e das normas de acessibilidade vigentes.

De nada adianta existirem normas jurídicas protetivas e assecuratórias se não for dado cumprimento. Nesse contexto, houve por bem o legislador criar a regra do art. 93, do Estatuto, para atribuir a responsabilidade aos órgãos de controle interno de cada poder e também aos órgãos de controle externo a responsabilidade por inspecionar e auditar o cumprimento das normas do Estatuto.

Por exemplo, no âmbito do Poder Judiciário, as corregedorias devem criar mecanismos para verificar o cumprimento das normas do Estatuto da Pessoa com Deficiência dentro dos seus órgãos. Ademais, cabe ao CNJ fiscalizar o respeito a essas normas, criando, inclusive, mecanismos e regulamentações próprias, tal como temos em relação à Resolução CNJ nº 230/2016.

#### ↳ **Auxílio-inclusão.**

O auxílio-inclusão é benefício assistencial destinado a fomentar o retorno para o mercado de trabalho. Terá direito a pessoa que recebe ou recebeu o BPC nos últimos 5 anos.

Art. 94. Terá direito a auxílio-inclusão, nos termos da lei, a pessoa com deficiência moderada ou grave que:

I - receba o **benefício de prestação continuada** previsto no art. 20 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e que passe a exercer atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório do RGPS;

II - **tenha recebido, nos últimos 5 (cinco) anos, o benefício de prestação continuada previsto** no art. 20 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e que exerça atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório do RGPS.

Esse dispositivo é interessante, pois tem a finalidade de integrar a pessoa com deficiência ao mercado de trabalho.

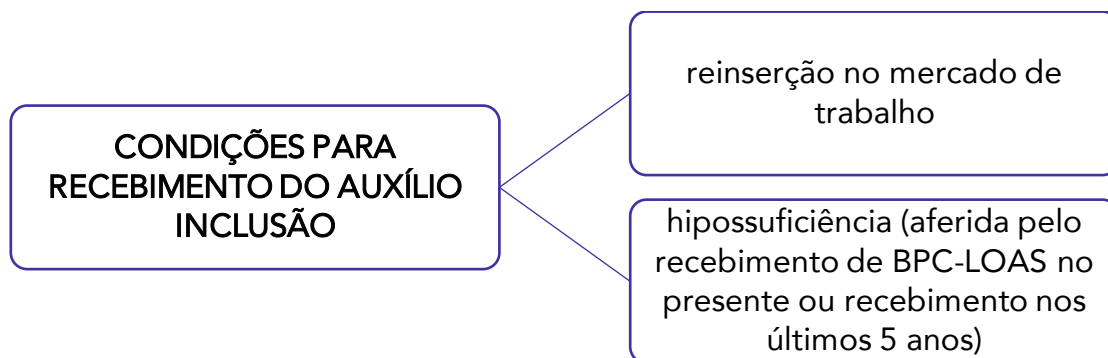
Desde já, note que esse benefício não se confunde com o BPC-LOAS, assegurado à pessoa com deficiência hipossuficiente.



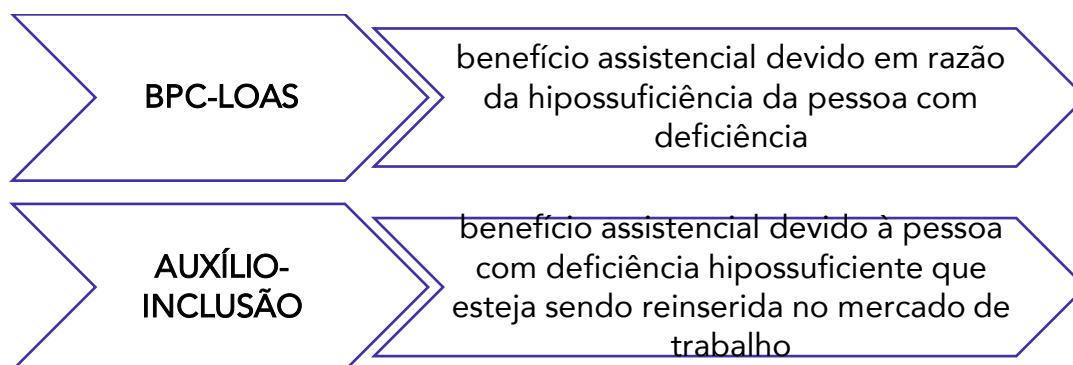


No caso do art. 94, do Estatuto, temos regra que se aplica à pessoa que passe a exercer atividade remunerada e que seja hipossuficiente. Como forma de parametrizar a concessão do benefício de auxílio-inclusão, o Estatuto estabelece que ou a pessoa recebe o BPC-LOAS ou recebeu o benefício nos últimos cinco anos. É a forma que temos para identificar a hipossuficiência. Mas só isso não basta, é fundamental que haja reinserção no mercado de trabalho.

Para tanto:



Não confunda!



A lei 14.176/21 e 14.441/2022 alteraram alguns artigos da Lei 8.742/93 que dispõe sobre a organização da Assistência Social regulamentando o auxílio-inclusão.

Inicialmente o art. 21-A da lei 8.742/93 prevê que o benefício de prestação continuada pago a pessoa com deficiência será suspenso em caso de exercício de atividade remunerada inclusive como microempreendedor individual, salvo se a contratação for como menor aprendiz limitado ao período de 2 anos.

Caso a relação trabalhista seja extinta e a pessoa com deficiência não receba nenhum outro benefício previdenciário poderá voltar a receber o benefício de prestação continuada sem maiores formalidades como perícias e exames.

Art. 21-A. O benefício de prestação continuada será suspenso pelo órgão concedente quando a pessoa com deficiência exercer atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual. (Incluído pela Lei nº 12.470, de 2011)



§ 1º Extinta a relação trabalhista ou a atividade empreendedora de que trata o caput deste artigo e, quando for o caso, encerrado o prazo de pagamento do seguro-desemprego e não tendo o beneficiário adquirido direito a qualquer benefício previdenciário, poderá ser requerida a continuidade do pagamento do benefício suspenso, sem necessidade de realização de perícia médica ou reavaliação da deficiência e do grau de incapacidade para esse fim, respeitado o período de revisão previsto no caput do art. 21. (Incluído pela Lei nº 12.470, de 2011)

§ 2º A contratação de pessoa com deficiência como aprendiz não acarreta a suspensão do benefício de prestação continuada, limitado a 2 (dois) anos o recebimento concomitante da remuneração e do benefício. (Incluído pela Lei nº 12.470, de 2011)

A lei 8.742/93 traz alguns requisitos para que a pessoa com deficiência possa receber o auxílio-inclusão.

- Recebe ou recebeu o benefício de prestação continuada nos últimos 5 anos;
- Remuneração limitada a 2 salários-mínimos;
- Enquadramento como segurado obrigatório;
- Inscrição no CadÚnico;
- CPF;
- Atenda aos critérios de manutenção do benefício de prestação continuada como a renda familiar.

Veja o texto legal:

Art. 26-A. Terá direito à concessão do auxílio-inclusão de que trata o art. 94 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), a pessoa com deficiência moderada ou grave que, cumulativamente:

I – receba o benefício de prestação continuada, de que trata o art. 20 desta Lei, e passe a exercer atividade:

a) que tenha remuneração limitada a 2 (dois) salários-mínimos; e

b) que enquadre o beneficiário como segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social ou como filiado a regime próprio de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

II – tenha inscrição atualizada no CadÚnico no momento do requerimento do auxílio-inclusão;

III – tenha inscrição regular no CPF; e

IV – atenda aos critérios de manutenção do benefício de prestação continuada, incluídos os critérios relativos à renda familiar mensal per capita exigida para o acesso ao benefício, observado o disposto no § 4º deste artigo.



§ 1º O auxílio-inclusão poderá ainda ser concedido, nos termos do inciso I do caput deste artigo, mediante requerimento e sem retroatividade no pagamento, ao beneficiário:

I – que tenha recebido o benefício de prestação continuada nos 5 (cinco) anos imediatamente anteriores ao exercício da atividade remunerada; e

II – que tenha tido o benefício suspenso nos termos do art. 21-A desta Lei.

§ 2º O valor do auxílio-inclusão percebido por um membro da família não será considerado no cálculo da renda familiar mensal per capita de que trata o inciso IV do caput deste artigo, para fins de concessão e de manutenção de outro auxílio-inclusão no âmbito do mesmo grupo familiar.

§ 3º O valor do auxílio-inclusão e o da remuneração do beneficiário do auxílio-inclusão de que trata a alínea “a” do inciso I do caput deste artigo percebidos por um membro da família não serão considerados no cálculo da renda familiar mensal per capita de que tratam os §§ 3º e 11-A do art. 20 desta Lei para fins de manutenção de benefício de prestação continuada concedido anteriormente a outra pessoa do mesmo grupo familiar.

§ 4º Para fins de cálculo da renda familiar per capita de que trata o inciso IV do caput deste artigo, serão desconsideradas:

I – as remunerações obtidas pelo requerente em decorrência de exercício de atividade laboral, desde que o total recebido no mês seja igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos; e

II – as rendas oriundas dos rendimentos decorrentes de estágio supervisionado e de aprendizagem.

Vamos destacar mais algumas informações importantes:

O valor do auxílio-inclusão recebido por um membro da família não será considerado para o cálculo da renda per capita para a concessão de outro auxílio inclusão dentro da mesma família.

Serão desconsideradas da renda familiar para se obter o benefício:

- Remuneração do requerente até 2 salários- mínimos;
- Rendimentos decorrentes de estágio supervisionado e de aprendizagem.

O valor do auxílio inclusão será de 50% do valor do benefício de prestação continuada e será devido a partir da data do requerimento. Ao requer o auxílio-inclusão o beneficiário autoriza a suspensão do benefício de prestação continuada.

Caso não haja o requerimento o auxílio-inclusão poderá ser concedido de forma automática pelo INSS quando do cruzamento de dados que constate a acumulação do benefício de prestação continuada e a remuneração pela atividade laboral.



Art. 26-B. O auxílio-inclusão será devido a partir da data do requerimento, e o seu valor corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do benefício de prestação continuada em vigor. (Incluído pela Lei nº 14.176, de 2021) (Vigência)

§ 1º Ao requerer o auxílio-inclusão, o beneficiário autorizará a suspensão do benefício de prestação continuada, nos termos do art. 21-A desta Lei.

§ 2º O auxílio-inclusão será concedido automaticamente pelo INSS, observado o preenchimento dos demais requisitos, mediante constatação, pela própria autarquia ou pelo Ministério da Cidadania, de acumulação do benefício de prestação continuada com o exercício de atividade remunerada. (Incluído pela Lei nº 14.441, de 2022)

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, o auxílio-inclusão será devido a partir do primeiro dia da competência em que se identificou a ocorrência de acumulação do benefício de prestação continuada com o exercício de atividade remunerada, e o titular deverá ser notificado quanto à alteração do benefício e suas consequências administrativas. (Incluído pela Lei nº 14.441, de 2022)

O pagamento do auxílio-inclusão não poderá ser cumulado com:

- benefício de prestação continuada
- prestações a título de aposentadoria, de pensões ou de benefícios por incapacidade pagos por qualquer regime de previdência social
- seguro-desemprego.

Art. 26-C. O pagamento do auxílio-inclusão não será acumulado com o pagamento de: (Incluído pela Lei nº 14.176, de 2021) (Vigência)

I – benefício de prestação continuada de que trata o art. 20 desta Lei;

II – prestações a título de aposentadoria, de pensões ou de benefícios por incapacidade pagos por qualquer regime de previdência social; ou

III – seguro-desemprego.

O pagamento do auxílio-inclusão cessará:

- Deixar de atender aos critérios de manutenção do benefício de prestação continuada
- Deixar de atender aos critérios de concessão do auxílio-inclusão.

Art. 26-D. O pagamento do auxílio-inclusão cessará na hipótese de o beneficiário: (Incluído pela Lei nº 14.176, de 2021) (Vigência)

I – deixar de atender aos critérios de manutenção do benefício de prestação continuada; ou



II – deixar de atender aos critérios de concessão do auxílio-inclusão.

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo federal disporá sobre o procedimento de verificação dos critérios de manutenção e de revisão do auxílio-inclusão.

Para finalizar vamos verificar mais algumas regras.

O auxílio- inclusão não sofre descontos a título de contribuições e não gera o direito ao pagamento de abono anual, ou seja, não será recebido um valor adicional como 13º salário.

Cabe ao INSS o pagamento do benefício que correrá pelo orçamento do Ministério da Cidadania. O poder Executivo Federal precisa incluir esses valores na lei orçamentária e deve avaliar os impactos do auxílio no mercado de trabalho, na redução das desigualdades e no exercício dos direitos e liberdades das pessoas com deficiência.

Por fim, afirma a lei 14.176/2021 que em 10 anos deverá ser feita uma revisão do auxílio inclusão.

Art. 26-E. O auxílio-inclusão não está sujeito a desconto de qualquer contribuição e não gera direito a pagamento de abono anual. (Incluído pela Lei nº 14.176, de 2021) (Vigência)

Art. 26-F. Compete ao Ministério da Cidadania a gestão do auxílio-inclusão, e ao INSS a sua operacionalização e pagamento. (Incluído pela Lei nº 14.176, de 2021) (Vigência)

Art. 26-G. As despesas decorrentes do pagamento do auxílio-inclusão correrão à conta do orçamento do Ministério da Cidadania. (Incluído pela Lei nº 14.176, de 2021) (Vigência)

§ 1º O Poder Executivo federal compatibilizará o quantitativo de benefícios financeiros do auxílio-inclusão de que trata o art. 26-A desta Lei com as dotações orçamentárias existentes.

§ 2º O regulamento indicará o órgão do Poder Executivo responsável por avaliar os impactos da concessão do auxílio-inclusão na participação no mercado de trabalho, na redução de desigualdades e no exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, nos termos do § 16 do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 26-H. No prazo de 10 (dez) anos, contado da data de publicação desta Seção, será promovida a revisão do auxílio-inclusão, observado o disposto no § 2º do art. 26-G desta Lei, com vistas a seu aprimoramento e ampliação. (Incluído pela Lei nº 14.176, de 2021) (Vigência)

➡ **atendimento domiciliar e impossibilidade de exigir comparecimento**



O art. 95 possui redação bastante ampla a falar em atendimento “perante os órgãos públicos”, dando a entender que seria possível estender a qualquer tipo ou modalidade de prestação de serviços públicos. Na prática, contudo, é norma de difícil exequibilidade.

Não obstante, podemos concluir que o dispositivo prevê, por exemplo, a possibilidade de atendimento médico à pessoa com deficiência em razão da impossibilidade ou da extrema dificuldade de comparecer ao hospital. Esse atendimento deve ser viabilizado tanto pelo INSS (por exemplo, em perícias médicas) como pela rede do SUS e pelos atendimentos médicos privados.

A norma prevê, ainda, em razão da redação do *caput*, do art. 95, do Estatuto, a vedação da exigência de comparecimento. Esse dispositivo está no mesmo sentido da dispensa, por exemplo, da obrigatoriedade de voto da pessoa com deficiência que não consiga comparecer ao local de votação no dia das eleições. Essa pessoa poderá requerer à Justiça Eleitoral a concessão de documento que lhe confira quitação permanente, ainda que não vote. Entende-se que não poderá ser sancionada pela limitação que possui.

Esse atendimento, contudo, para que seja viabilizado, depende de um procedimento que está declinado nos incisos do dispositivo abaixo:

Art. 95. É **VEDADO** exigir o comparecimento de pessoa com deficiência perante os órgãos públicos quando seu **deslocamento, em razão de sua limitação funcional e de condições de acessibilidade, imponha-lhe ônus desproporcional e indevido**, hipótese na qual serão observados os seguintes procedimentos:

I - quando for de interesse do poder público, o agente promoverá o **contato necessário com a pessoa com deficiência em sua residência**;

II - quando for de interesse da pessoa com deficiência, ela **apresentará solicitação de atendimento domiciliar ou fará representar-se por procurador constituído para essa finalidade**.

Parágrafo único. É assegurado à pessoa com deficiência atendimento domiciliar pela **perícia médica e social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pelo serviço público de saúde ou pelo serviço privado de saúde**, contratado ou conveniado, que integre o SUS e pelas entidades da rede socioassistencial integrantes do Suas, quando seu deslocamento, em razão de sua limitação funcional e de condições de acessibilidade, imponha-lhe ônus desproporcional e indevido.

Procedimento para o atendimento domiciliar:

- a) contato com a pessoa com deficiência na residência, se for de interesse público;
- b) requerimento da pessoa com deficiência, ou por intermédio de requerimento.

Para a prova:



## ATENDIMENTO DOMICILIAR



**1ª regra:** atendimento médico domiciliar (INSS, SUS e rede privada)



**2ª regra:** impossibilidade de exigir comparecimento, quando o deslocamento for impossível ou excessivamente difícil.



O atendimento pode ser efetuado diretamente pelo órgão em caso de interesse público ou mediante requerimento (pessoa ou por intermédio de representante).

Logo abaixo, falaremos dos arts. 96 a 119. Sigamos!

### 👉 **Relatório circunstanciado para adoção de políticas de públicas de acessibilidade.**

Art. 120. Cabe aos órgãos competentes, em cada esfera de governo, a **elaboração de relatórios circunstanciados sobre o cumprimento dos prazos** estabelecidos por força das Leis no 10.048, de 8 de novembro de 2000, e no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, bem como o seu encaminhamento ao Ministério Público e aos órgãos de regulação para adoção das providências cabíveis.

Parágrafo único. Os relatórios a que se refere o **caput** deste artigo deverão ser apresentados no prazo de 1 (um) ano a contar da entrada em vigor desta Lei.

A implementação das regras previstas neste Estatuto demanda esforços e gastos públicos por se tratar de norma de caráter promocional. Em face disso, o Estatuto prevê uma série de prazos a serem observados para a implementação dos bens e serviços, e dos programas e ações.

Contudo, a fim de verificar o cumprimento dos prazos, fixa-se a obrigação de envio de relatório das informações pelos órgãos públicos aos órgãos de controle e ao Ministério Público.

### 👉 **Princípio da norma mais benéfica.**

Aqui temos um princípio importante, previsto no parágrafo único, do art. 121, do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Confira:

Art. 121. Os direitos, os prazos e as obrigações previstos nesta Lei não excluem os já estabelecidos em outras legislações, inclusive em pactos, tratados, convenções e declarações internacionais aprovados e promulgados pelo Congresso Nacional, e devem





ser aplicados em conformidade com as demais normas internas e acordos internacionais vinculantes sobre a matéria.

Parágrafo único. **Prevalecerá a norma mais benéfica à pessoa com deficiência.**

O princípio da norma mais benéfica – comum ao estudo do Direito do Trabalho e dos Direitos Humanos – é estendido à proteção das pessoas com deficiência.

Estudamos em Direitos Humanos que as normas não se excluem, mas se complementam. Assim, diante do conflito de normas, ao invés de aplicarmos as regras jurídicas de solução de antinomias (critério cronológico hierárquico ou da especialidade) ambas as normas devem ser aplicadas de forma complementar, buscando-se a melhor forma de proteger a dignidade da pessoa.

Classicamente, diante da presença de duas normas conflitantes, válidas e emanadas de autoridade competente, sem que se possa dizer qual delas será aplicada no caso concreto, o aplicador do direito deverá se valer dos critérios acima mencionados.

Segundo o critério cronológico, a lei posterior revoga a lei anterior, vale dizer, prevalece a norma mais recente. Para o critério hierárquico, a lei de superior hierarquia prevalece em comparação à lei inferior. Por fim, segundo o critério da especialidade, a lei específica tem prevalência sobre a lei que estabelece apenas normas gerais.

Em Direitos Humanos, entretanto, os critérios acima podem ser desconsiderados na hipótese de conflito entre normas, a fim de que se aplique a norma mais favorável. Em Direitos Humanos, essa norma é denominada de princípio “pro homine”. **Aqui, no estudo do Estatuto da Pessoa com Deficiência, temos o princípio da norma mais benéfica que é, em essência, idêntico ao princípio “pro homine”.**

Segundo doutrina de Luís Garcia, ao nos depararmos com o concurso simultâneo de normas, sejam elas internacionais ou internas, ao aplicarmos a norma, devemos escolher aquela que: a) garantir mais amplamente o gozo do direito; b) que admitir menos restrições ao exercício do direito humano; ou c) a que impor maiores condições a eventuais restrições aos direitos humanos.

Assim, materialmente, a norma que otimizar de melhor forma o exercício de determinado direito deverá prevalecer. Notem que o referido princípio relaciona-se com o conhecido princípio da norma mais favorável do Direito do Trabalho. Esse princípio impõe ao jurista a opção pela norma mais favorável quando houver sua aplicação, no confronto entre regras concorrentes, bem como na sua interpretação. Registre-se, ainda, que na definição da norma mais favorável prevalece a Teoria do Conglobamento por Institutos, pelo qual devemos optar pela norma mais favorável dentro do conjunto de normas relativas à determinada matéria ou instituto jurídico, de modo a não desvirtuar o sistema jurídico.

Guardadas as devidas diferenças, **o princípio da norma mais benéfica impõe, seja no confronto entre normas, seja na fixação da extensão interpretativa da norma, a observância da norma mais favorável à dignidade da pessoa com deficiência.** Impõe a aplicação da norma que amplie o exercício do direito ou que produza maiores garantias ao direito humano que a tutela.

➤ **Tratamento diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte que observarem as regras do Estatuto.**



Art. 122. Regulamento disporá sobre a adequação do disposto nesta Lei ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido a ser dispensado às microempresas e às empresas de pequeno porte, previsto no § 3º do art. 1º da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.

Em razão de benefícios diversos assegurados às pequenas empresas e às de pequeno porte, o Estatuto outorga a atribuição para estabelecer norma regulamentar própria, pelo Poder Executivo, para disciplinar regras específicas na área objeto da proteção à pessoa com deficiência.

### ➡ Dispositivos finais

Confira os dispositivos finais:

Art. 120. Cabe aos órgãos competentes, em cada esfera de governo, a elaboração de relatórios circunstanciados sobre o cumprimento dos prazos estabelecidos por força das Leis no 10.048, de 8 de novembro de 2000, e no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, bem como o seu encaminhamento ao Ministério Público e aos órgãos de regulação para adoção das providências cabíveis.

Parágrafo único. Os relatórios a que se refere o caput deste artigo deverão ser apresentados no prazo de 1 (um) ano a contar da entrada em vigor desta Lei.

Art. 121. Os direitos, os prazos e as obrigações previstos nesta Lei não excluem os já estabelecidos em outras legislações, inclusive em pactos, tratados, convenções e declarações internacionais aprovados e promulgados pelo Congresso Nacional, e devem ser aplicados em conformidade com as demais normas internas e acordos internacionais vinculantes sobre a matéria.

Parágrafo único. Prevalecerá a norma mais benéfica à pessoa com deficiência.

Art. 122. Regulamento disporá sobre a adequação do disposto nesta Lei ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido a ser dispensado às microempresas e às empresas de pequeno porte, previsto no § 3º do art. 1º da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 123. Revogam-se os seguintes dispositivos: (Vigência)

I - o inciso II do § 2º do art. 1º da Lei no 9.008, de 21 de março de 1995;

II - os incisos I, II e III do art. 3º da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

III - os incisos II e III do art. 228 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

IV - o inciso I do art. 1.548 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

V - o inciso IV do art. 1.557 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);



VI - os incisos II e IV do art. 1.767 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

VII - os arts. 1.776 e 1.780 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Art. 124. O § 1º do art. 2º desta Lei deverá entrar em vigor em até 2 (dois) anos, contados da entrada em vigor desta Lei.

Art. 125. Devem ser observados os prazos a seguir discriminados, a partir da entrada em vigor desta Lei, para o cumprimento dos seguintes dispositivos:

I - incisos I e II do § 2º do art. 28, 48 (quarenta e oito) meses;

II - § 6º do art. 44, 84 (oitenta e quatro) meses; (Redação dada pela Lei nº 14.159, de 2021)

III - art. 45, 24 (vinte e quatro) meses;

IV - art. 49, 48 (quarenta e oito) meses.

Art. 126. Prorroga-se até 31 de dezembro de 2021 a vigência da Lei no 8.989, de 24 de fevereiro de 1995.

Art. 127. Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

Para encerrarmos, vamos tratar dos artigos 96 a 119, do Estatuto da Pessoa com Deficiência.



## LEGISLAÇÃO DESTACADA

⇒ **art. 94**, da Lei nº 13.146/2015: auxílio inclusão

Art. 94. Terá direito a auxílio-inclusão, nos termos da lei, a pessoa com deficiência moderada ou grave que:

I - receba o **benefício de prestação continuada** previsto no art. 20 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e que passe a exercer atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório do RGPS;

II - **tenha recebido, nos últimos 5 (cinco) anos, o benefício de prestação continuada previsto** no art. 20 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e que exerça atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório do RGPS.

⇒ **art. 95**, da Lei nº 13.146/2015: atendimento domiciliar e impossibilidade de exigir comparecimento.

Art. 95. É **VEDADO exigir o comparecimento de pessoa com deficiência** perante os **órgãos públicos** quando seu **deslocamento, em razão de sua limitação funcional e de condições de acessibilidade, imponha-lhe ônus desproporcional e indevido**, hipótese na qual serão observados os seguintes procedimentos:

I - quando for de interesse do poder público, o agente promoverá o **contato necessário com a pessoa com deficiência em sua residência**;

II - quando for de interesse da pessoa com deficiência, ela **apresentará solicitação de atendimento domiciliar ou fará representar-se por procurador constituído para essa finalidade**.

Parágrafo único. É assegurado à pessoa com deficiência atendimento domiciliar pela **perícia médica e social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pelo serviço público de saúde ou pelo serviço privado de saúde**, contratado ou conveniado, que integre o SUS e pelas entidades da rede socioassistencial integrantes do Suas, quando seu deslocamento, em razão de sua limitação funcional e de condições de acessibilidade, imponha-lhe ônus desproporcional e indevido.

⇒ **art. 96**, parágrafo único, da Lei nº 13.146/2015: princípio da norma mais favorável à pessoa com deficiência

Parágrafo único. **Prevalecerá a norma mais benéfica à pessoa com deficiência.**

⇒ **art. 3º e 4º**, do CC: capacidade civil

“Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos.



I - (Revogado);

II - (Revogado);

III - (Revogado).” (NR)

“Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico;

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

Parágrafo único. A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial.” (NR)



## RESUMO - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

- CADASTRO NACIONAL DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: destina-se a mapear e a averiguar barreiras.
- INSPEÇÕES/AUDITORIAS: compete aos órgãos internos e externos de controle acompanhar o cumprimento das regras do Estatuto.
- AUXÍLIO-INCLUSÃO: benefício assistencial destinado a fomentar o retorno para o mercado de trabalho.

↳ condições para recebimento do auxílio inclusão

- reinserção no mercado de trabalho
- hipossuficiência (aferida pelo recebimento de BPC-LOAS no presente ou recebimento nos últimos 5 anos)

↳ BPC-LOAS X AUXÍLIO INCLUSÃO

- BPC-LOAS: benefício assistencial devido em razão da hipossuficiência da pessoa com deficiência
- AUXÍLIO-INCLUSÃO: benefício assistencial devido à pessoa com deficiência hipossuficiente que esteja sendo reinserida no mercado de trabalho

↳ A lei 8.742/93 traz alguns requisitos para que a pessoa com deficiência possa receber o auxílio-inclusão.

- Recebe ou recebeu o benefício de prestação continuada nos últimos 5 anos;
- Remuneração limitada a 2 salários-mínimos;
- Enquadramento como segurado obrigatório;
- Inscrição no CadÚnico;
- CPF;
- Atenda aos critérios de manutenção do benefício de prestação continuada como a renda familiar.

↳ O valor do auxílio-inclusão recebido por um membro da família não será considerado para o cálculo da renda per capita para a concessão de outro auxílio inclusão dentro da mesma família.

↳ Serão desconsideradas da renda familiar para se obter o benefício:

- Remuneração do requerente até 2 salários- mínimos;
- Rendimentos decorrentes de estágio supervisionado e de aprendizagem.

↳ O valor do auxílio inclusão será de 50% do valor do benefício de prestação continuada e será devido a partir da data do requerimento.



↪ Ao requer o auxílio-inclusão o beneficiário autoriza a suspensão do benefício de prestação continuada.

↪ O pagamento do auxílio-inclusão não poderá ser cumulado com:

- benefício de prestação continuada
- prestações a título de aposentadoria, de pensões ou de benefícios por incapacidade pagos por qualquer regime de previdência social
- seguro-desemprego.

↪ O pagamento do auxílio-inclusão cessará:

- Deixar de atender aos critérios de manutenção do benefício de prestação continuada
- Deixar de atender aos critérios de concessão do auxílio-inclusão.

#### ○ ATENDIMENTO DOMICILIAR

1ª regra: atendimento médico domiciliar (INSS, SUS e rede privada)

2ª regra: impossibilidade de exigir comparecimento, quando o deslocamento for impossível ou excessivamente difícil.

↪ O atendimento pode ser efetuado diretamente pelo órgão em caso de interesse público ou mediante requerimento (pessoa ou por intermédio de representante).

○ RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO PARA ADOÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSIBILIDADE: envio de relatório aos órgãos de controle e ao MP para verificar o cumprimento dos prazos.

○ PRINCÍPIO DA NORMA MAIS BENÉFICA: o princípio da norma mais benéfica impõe, seja no confronto entre normas, seja na fixação da extensão interpretativa da norma, a observância da norma mais favorável à dignidade da pessoa com deficiência.

○ TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EPP: outorga-se regramento específico ao Poder Executivo.





## NORMAS ALTERADAS PELO ESTATUTO

Citaremos, a seguir, os demais artigos do Estatuto que impuseram alteração em outras leis. Acreditamos que a probabilidade de cobrança desses temas em prova é reduzida, contudo, a fim de prevenir eventuais surpresas, vamos analisar esses dispositivos, destacando o que há de mais relevante.

🔗 Art. 96. O § 6º-A, do art. 135, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 135.

§ 6º-A. Os Tribunais Regionais Eleitorais deverão, a cada eleição, expedir instruções aos Juízes Eleitorais para orientá-los na escolha dos locais de votação, de maneira a garantir acessibilidade para o eleitor com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive em seu entorno e nos sistemas de transporte que lhe dão acesso.

O Código Eleitoral foi alterado para prever a obrigação de os TREs expedirem instruções a fim de orientar as Juntas Eleitorais quanto ao atendimento das normas de acessibilidade para o eleitor com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive em relação ao transporte para dia das eleições.

🔗 Art. 97. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 428

§ 6º Para os fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz com deficiência deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.

§ 8º Para o aprendiz com deficiência com 18 (dezoito) anos ou mais, a validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na CTPS e matrícula e frequência em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.” (NR)

“Art. 433.

I - desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz, salvo para o aprendiz com deficiência quando desprovido de recursos de acessibilidade, de tecnologias assistivas e de apoio necessário ao desempenho de suas atividades;

A CLT foi alterada para assegurar tratamento privilegiado ao aprendiz com deficiência, seja para atendimento dos pré-requisitos para ter direito ao benefício (regras flexíveis de comprovação da escolaridade), seja pela não exigência de desempenho suficiente ou adaptação do aprendiz como hipótese de rescisão antecipada do contrato de aprendizagem.

🔗 Art. 98. A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:



“Art. 3º As medidas judiciais destinadas à proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela União, pelos Estados, pelos Municípios, pelo Distrito Federal, por associação constituída há mais de 1 (um) ano, nos termos da lei civil, por autarquia, por empresa pública e por fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção dos interesses e a promoção de direitos da pessoa com deficiência.

“Art. 8º Constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa:

I - recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência;

II - obstar inscrição em concurso público ou acesso de alguém a qualquer cargo ou emprego público, em razão de sua deficiência;

III - negar ou obstar emprego, trabalho ou promoção à pessoa em razão de sua deficiência;

IV - recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial à pessoa com deficiência;

V - deixar de cumprir, retardar ou frustrar execução de ordem judicial expedida na ação civil a que alude esta Lei;

VI - recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil pública objeto desta Lei, quando requisitados.

§ 1º Se o crime for praticado contra pessoa com deficiência menor de 18 (dezoito) anos, a pena é agravada em 1/3 (um terço).

§ 2º A pena pela adoção deliberada de critérios subjetivos para indeferimento de inscrição, de aprovação e de cumprimento de estágio probatório em concursos públicos não exclui a responsabilidade patrimonial pessoal do administrador público pelos danos causados.

§ 3º Incorre nas mesmas penas quem impede ou dificulta o ingresso de pessoa com deficiência em planos privados de assistência à saúde, inclusive com cobrança de valores diferenciados.

§ 4º Se o crime for praticado em atendimento de urgência e emergência, a pena é agravada em 1/3 (um terço).” (NR)

A Lei que institui a CORDE foi alterada para conferir legitimidade ao MP, à Defensoria Pública, às associações constituídas há mais de um ano, a autarquias, às empresas públicas, a fundações e às sociedades de economia mista a prerrogativa de promoverem a proteção à pessoa com deficiência. Além disso, fixou alguns crimes específicos com os quais não precisamos nos ocupar.



🔗 Art. 99. O art. 20, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XVIII:

Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

XVIII - quando o trabalhador com deficiência, por prescrição, necessite adquirir órtese ou prótese para promoção de acessibilidade e de inclusão social.

A Lei do FGTS prevê a possibilidade de movimentação da conta vinculada do FGTS quando necessitar órtese ou prótese para promoção de acessibilidade e de inclusão social.

🔗 Art. 100. A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

Parágrafo único. A informação de que trata o inciso III do caput deste artigo deve ser acessível à pessoa com deficiência, observado o disposto em regulamento.” (NR)

“Art. 43

§ 6º Todas as informações de que trata o caput deste artigo devem ser disponibilizadas em formatos acessíveis, inclusive para a pessoa com deficiência, mediante solicitação do consumidor.” (NR)

O CDC foi alterado para prever a obrigatoriedade de acessibilidade em produtos.

🔗 Art. 101. A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 16.

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave;

III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave;

“Art. 77.

§ 2º



II - para o filho, a pessoa a ele equiparada ou o irmão, de ambos os sexos, pela emancipação ou ao completar 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se for inválido ou tiver deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave;

§ 4º (VETADO).

“Art. 93. (VETADO):

I - (VETADO);

II - (VETADO);

III - (VETADO);

IV - (VETADO);

V - (VETADO).

§ 1º A dispensa de pessoa com deficiência ou de beneficiário reabilitado da Previdência Social ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias e a dispensa imotivada em contrato por prazo indeterminado somente poderão ocorrer após a contratação de outro trabalhador com deficiência ou beneficiário reabilitado da Previdência Social.

§ 2º Ao Ministério do Trabalho e Emprego incumbe estabelecer a sistemática de fiscalização, bem como gerar dados e estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por pessoas com deficiência e por beneficiários reabilitados da Previdência Social, fornecendo-os, quando solicitados, aos sindicatos, às entidades representativas dos empregados ou aos cidadãos interessados.

§ 3º Para a reserva de cargos será considerada somente a contratação direta de pessoa com deficiência, excluído o aprendiz com deficiência de que trata a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

§ 4º (VETADO).” (NR)

“Art. 110-A. No ato de requerimento de benefícios operacionalizados pelo INSS, não será exigida apresentação de termo de curatela de titular ou de beneficiário com deficiência, observados os procedimentos a serem estabelecidos em regulamento.”

A Lei de Benefícios Previdenciários prevê a pessoa com deficiência (cônjuge, companheiro, filho de qualquer idade ou irmão) beneficiária do Regime Geral de Previdência Social.

À Art. 102. O art. 2º, da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 2º



§ 3º Os incentivos criados por esta Lei somente serão concedidos a projetos culturais que forem disponibilizados, sempre que tecnicamente possível, também em formato acessível à pessoa com deficiência, observado o disposto em regulamento.” (NR)

A Lei do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) prevê incentivos para a edição de produtos culturais acessíveis à pessoa com deficiência.

↳ Art. 103. O art. 11, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:

“Art. 11.

IX - deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.”  
(NR)

A Lei de Improbidade Administrativa prevê que deixar de cumprir normas de acessibilidade é ato de improbidade violador dos princípios da Administração Pública.

↳ Art. 104. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

§ 2º

V - produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

§ 5º Nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para:

I - produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras; e

II - bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

“Art. 66-A. As empresas enquadradas no inciso V do § 2º e no inciso II do § 5º do art. 3º desta Lei deverão cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação.

Parágrafo único. Cabe à administração fiscalizar o cumprimento dos requisitos de acessibilidade nos serviços e nos ambientes de trabalho.”

A Lei de Licitações prevê, entre os critérios de desempate e de margem de empresa nas licitações, o atendimento dos requisitos de acessibilidade.



🔗 Art. 105. O art. 20, da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 20.

§ 2º Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 9º Os rendimentos decorrentes de estágio supervisionado e de aprendizagem não serão computados para os fins de cálculo da renda familiar per capita a que se refere o § 3º deste artigo.

§ 11. Para concessão do benefício de que trata o caput deste artigo, poderão ser utilizados outros elementos probatórios da condição de miserabilidade do grupo familiar e da situação de vulnerabilidade, conforme regulamento.” (NR)

A Lei do SUAS foi alterada para adequar o conceito de pessoa com deficiência ao Estatuto, ao definir que aquela pessoa “que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

🔗 Art. 106. (VETADO).

🔗 Art. 107. A Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º É proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de trabalho, ou de sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, deficiência, reabilitação profissional, idade, entre outros, ressalvadas, nesse caso, as hipóteses de proteção à criança e ao adolescente previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.” (NR)

“Art. 3º Sem prejuízo do prescrito no art. 2º desta Lei e nos dispositivos legais que tipificam os crimes resultantes de preconceito de etnia, raça, cor ou deficiência, as infrações ao disposto nesta Lei são passíveis das seguintes cominações:

“Art. 4º

I - a reintegração com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, mediante pagamento das remunerações devidas, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros legais;

A Lei de Práticas Discriminatórias nas Empresas estabelece, entre as vedações, o tratamento desigual conferido à pessoa com deficiência.



🔗 Art. 108. O art. 35, da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 35.

§ 5º Sem prejuízo do disposto no inciso IX do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, a pessoa com deficiência, ou o contribuinte que tenha dependente nessa condição, tem preferência na restituição referida no inciso III do art. 4º e na alínea “c” do inciso II do art. 8º.” (NR)

A Lei que disciplina o Imposto de Renda de Pessoa Física estabelece a prioridade para recebimento da restituição do imposto de renda.

🔗 Art. 109. A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

Parágrafo único. Para os efeitos deste Código, são consideradas vias terrestres as praias abertas à circulação pública, as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas e as vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo.” (NR)

“Art. 86-A. As vagas de estacionamento regulamentado de que trata o inciso XVII do art. 181 desta Lei deverão ser sinalizadas com as respectivas placas indicativas de destinação e com placas informando os dados sobre a infração por estacionamento indevido.”

“Art. 147-A. Ao candidato com deficiência auditiva é assegurada acessibilidade de comunicação, mediante emprego de tecnologias assistivas ou de ajudas técnicas em todas as etapas do processo de habilitação.

§ 1º O material didático audiovisual utilizado em aulas teóricas dos cursos que precedem os exames previstos no art. 147 desta Lei deve ser acessível, por meio de subtítuloção com legenda oculta associada à tradução simultânea em Libras.

§ 2º É assegurado também ao candidato com deficiência auditiva requerer, no ato de sua inscrição, os serviços de intérprete da Libras, para acompanhamento em aulas práticas e teóricas.”

“Art. 154. (VETADO).”

“Art. 181.

XVII - Infração - grave;

O CTB, após alterações, prevê:





- que a multa aplicada para quem estacionar em vaga reservada deve conter dados sobre a infração devida.
- regras de acessibilidade para quem fizer os testes para obtenção da CNH.

Sigamos!

🔗 Art. 110. O inciso VI e o § 1º, do art. 56, da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56.

VI - 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento) da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se esse valor do montante destinado aos prêmios;

§ 1º Do total de recursos financeiros resultantes do percentual de que trata o inciso VI do caput, 62,96% (sessenta e dois inteiros e noventa e seis centésimos por cento) serão destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e 37,04% (trinta e sete inteiros e quatro centésimos por cento) ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), devendo ser observado, em ambos os casos, o conjunto de normas aplicáveis à celebração de convênios pela União.

A Lei do Esporte foi alterada para prever receita vinculada aos esportes paraolímpicos, no importe de 37,04% sobre 2,7% da renda bruta de loterias.

🔗 Art. 111. O art. 1º, da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º As pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei.” (NR)

A Lei de Prioridade de Atendimento foi alterada para retirar a expressão “pessoa portadora de deficiência” para pessoa com deficiência.

Art. 112. A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:





a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

III - pessoa com deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

IV - pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso;

V - acompanhante: aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal;

VI - elemento de urbanização: quaisquer componentes de obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamento para esgotos, distribuição de energia elétrica e de gás, iluminação pública, serviços de comunicação, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

VII - mobiliário urbano: conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação, de forma que sua modificação ou seu traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

VIII - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

IX - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os



meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações;

X - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva.” (NR)

“Art. 3º O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para todas as pessoas, inclusive para aquelas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. O passeio público, elemento obrigatório de urbanização e parte da via pública, normalmente segregado e em nível diferente, destina-se somente à circulação de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano e de vegetação.” (NR)

“Art. 9º

Parágrafo único. Os semáforos para pedestres instalados em vias públicas de grande circulação, ou que deem acesso aos serviços de reabilitação, devem obrigatoriamente estar equipados com mecanismo que emita sinal sonoro suave para orientação do pedestre.” (NR)

“Art. 10-A. A instalação de qualquer mobiliário urbano em área de circulação comum para pedestre que ofereça risco de acidente à pessoa com deficiência deverá ser indicada mediante sinalização tátil de alerta no piso, de acordo com as normas técnicas pertinentes.”

“Art. 12-A. Os centros comerciais e os estabelecimentos congêneres devem fornecer carros e cadeiras de rodas, motorizados ou não, para o atendimento da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.”

A Lei de Acessibilidade foi alterada para, em síntese:

- ↳ adotar os conceitos do Estatuto da Pessoa com Deficiência (em referência ao art. 3º);
- ↳ prever a obrigatoriedade de sinalização tátil para circulação de pedestres; e
- ↳ prever a obrigatoriedade de fornecimento de cadeiras de rodas, motorizadas ou não, para atendimento à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida em centros comerciais.

Art. 113. A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

III - promover, por iniciativa própria e em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais,



de saneamento básico, das calçadas, dos passeios públicos, do mobiliário urbano e dos demais espaços de uso público;

IV - instituir diretrizes para desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico, transporte e mobilidade urbana, que incluam regras de acessibilidade aos locais de uso público;

“Art. 41.

§ 3º As cidades de que trata o caput deste artigo devem elaborar plano de rotas acessíveis, compatível com o plano diretor no qual está inserido, que disponha sobre os passeios públicos a serem implantados ou reformados pelo poder público, com vistas a garantir acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida a todas as rotas e vias existentes, inclusive as que concentrem os focos geradores de maior circulação de pedestres, como os órgãos públicos e os locais de prestação de serviços públicos e privados de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura, correios e telégrafos, bancos, entre outros, sempre que possível de maneira integrada com os sistemas de transporte coletivo de passageiros.” (NR)

O Estatuto da Cidade foi alterado para prever a obrigatoriedade de o Poder Público incluir, no ordenamento das cidades, regras de acessibilidade além de plano de rotas acessíveis para a circulação de pedestres.

Art. 114. A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos.

I - (Revogado);

II - (Revogado);

III - (Revogado).” (NR)

“Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico;

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

Parágrafo único. A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial.” (NR)

“Art. 228.

II - (Revogado);

III - (Revogado);

§ 1º



§ 2º A pessoa com deficiência poderá testemunhar em igualdade de condições com as demais pessoas, sendo-lhe assegurados todos os recursos de tecnologia assistiva.” (NR)

“Art. 1.518. Até a celebração do casamento podem os pais ou tutores revogar a autorização.” (NR)

“Art. 1.548.

I - (Revogado);

“Art. 1.550.

§ 1º

§ 2º A pessoa com deficiência mental ou intelectual em idade núbia poderá contrair matrimônio, expressando sua vontade diretamente ou por meio de seu responsável ou curador.” (NR)

“Art. 1.557.

III - a ignorância, anterior ao casamento, de defeito físico irremediável que não caracterize deficiência ou de moléstia grave e transmissível, por contágio ou por herança, capaz de pôr em risco a saúde do outro cônjuge ou de sua descendência;

IV - (Revogado).” (NR)

“Art. 1.767.

I - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

II - (Revogado);

III - os ébrios habituais e os viciados em tóxico;

IV - (Revogado);

“Art. 1.768. O processo que define os termos da curatela deve ser promovido:

IV - pela própria pessoa.” (NR)

“Art. 1.769. O Ministério Público somente promoverá o processo que define os termos da curatela:

I - nos casos de deficiência mental ou intelectual;

III - se, existindo, forem menores ou incapazes as pessoas mencionadas no inciso II.” (NR)



“Art. 1.771. Antes de se pronunciar acerca dos termos da curatela, o juiz, que deverá ser assistido por equipe multidisciplinar, entrevistará pessoalmente o interditando.” (NR)

“Art. 1.772. O juiz determinará, segundo as potencialidades da pessoa, os limites da curatela, circunscritos às restrições constantes do art. 1.782, e indicará curador.

Parágrafo único. Para a escolha do curador, o juiz levará em conta a vontade e as preferências do interditando, a ausência de conflito de interesses e de influência indevida, a proporcionalidade e a adequação às circunstâncias da pessoa.” (NR)

“Art. 1.775-A. Na nomeação de curador para a pessoa com deficiência, o juiz poderá estabelecer curatela compartilhada a mais de uma pessoa.”

“Art. 1.777. As pessoas referidas no inciso I do art. 1.767 receberão todo o apoio necessário para ter preservado o direito à convivência familiar e comunitária, sendo evitado o seu recolhimento em estabelecimento que os afaste desse convívio.” (NR)

O CC foi alterado para:

↳ retirar a pessoa com deficiência de quaisquer hipóteses presumidas de incapacidade civil tanto absoluta como relativa.

↳ assegurar à pessoa com deficiência o direito de testemunhar em igualdade de condições com demais pessoas e com a utilização de recursos de tecnologia assistiva.

↳ garantir a autodeterminação da pessoa para contrair matrimônio.

↳ excluir, das hipóteses de erro essencial capaz de anular o casamento, a condição de pessoa com deficiência prevista no rol de moléstias graves e contagiosas.

↳ excluir das hipóteses de interdição a pessoa com deficiência.

↳ atribuir ao Ministério Público a legitimidade ativa para promover a curadoria de pessoa com deficiência.

↳ obrigar a oitiva da pessoa com deficiência, mediante assistência multidisciplinar, no caso de instituição de curadoria.

↳ prever que a restrição à capacidade para a prática de atos negociais e patrimoniais em função da curatela será proporcionada de acordo com o entendimento do juiz à luz do caso concreto.

↳ prever a possibilidade de a curatela ser exercida por mais de um curador.

↳ garantir apoio e defesa do direito à convivência familiar e comunitária.

↳ instituir a tomada de decisão apoiada.



Em relação à tomada de decisão apoiada é interessante estudá-la com mais vagar.

Trata-se de procedimento de jurisdição voluntária por intermédio do qual a pessoa com deficiência pede aconselhamento a terceiros. Trata-se de faculdade conferida à própria pessoa que poderá indicar, pelo menos, duas pessoas de confiança para que preste apoio para a prática de atos da vida civil, por intermédio de informações e elementos que auxiliem a tomada de decisão.

Para tanto, a pessoa com deficiência irá apresentar um termo do qual conste as pessoas indicadas, os limites do apoio, os compromissos fixados, o prazo de vigência do acordo e os direitos e interesses da pessoa com deficiência.

Recebido o pedido, o juiz irá ouvir o requerente e apoiadores em audiência, com assistência de equipe multidisciplinar e do Ministério Público.

Admitida a tomada de decisão apoiada, os atos praticados serão válidos desde que sejam efetuados de acordo com o termo de apoio, competindo aos apoiadores assinar contratos, caso requerido pelas partes contratantes.

Se houver dissenso entre os apoiadores quanto à decisão a ser adotada ou se envolver risco ou prejuízo relevante, admite-se a provocação judicial para a decisão, desde que ouvido previamente o Ministério Público.

Há previsão específica para a destituição do apoiador quando:

- a) o apoiador agir com negligência;
- b) o apoiador exercer pressão indevida; e
- c) o apoiador não adimpler as obrigações assumidas.

Nesses casos, o juiz irá ouvir a pessoa com deficiência sobre a possibilidade de constituição de novo acordo com outra pessoa.

Essas informações constam do dispositivo abaixo.

🔗 Art. 115. O Título IV, do Livro IV, da Parte Especial da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:

**“TÍTULO IV**

**Da Tutela, da Curatela e da Tomada de Decisão Apoiada”**

Art. 116. O Título IV do Livro IV da Parte Especial da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar acrescido do seguinte Capítulo III:

**“CAPÍTULO III**

**Da Tomada de Decisão Apoiada**



Art. 1.783-A. A tomada de decisão apoiada é o **processo pelo qual a pessoa com deficiência eleger pelo menos 2 (duas) pessoas idôneas**, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para **prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil**, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade.

§ 1º Para formular pedido de tomada de decisão apoiada, a pessoa com deficiência e os apoiadores devem apresentar **termo** em que constem os limites do apoio a ser oferecido e os compromissos dos apoiadores, inclusive o prazo de vigência do acordo e o respeito à vontade, aos direitos e aos interesses da pessoa que devem apoiar.

§ 2º O pedido de tomada de decisão apoiada será requerido pela pessoa a ser apoiada, com indicação expressa das pessoas aptas a prestarem o apoio previsto no caput deste artigo.

§ 3º Antes de se pronunciar sobre o pedido de tomada de decisão apoiada, o juiz, assistido por equipe multidisciplinar, após oitiva do Ministério Público, ouvirá pessoalmente o requerente e as pessoas que lhe prestarão apoio.

§ 4º A decisão tomada por pessoa apoiada terá validade e efeitos sobre terceiros, sem restrições, desde que esteja inserida nos limites do apoio acordado.

§ 5º Terceiro com quem a pessoa apoiada mantenha relação negocial pode solicitar que os apoiadores contra-assinem o contrato ou acordo, especificando, por escrito, sua função em relação ao apoiado.

§ 6º Em caso de negócio jurídico que possa trazer **risco ou prejuízo relevante**, havendo **divergência de opiniões** entre a pessoa apoiada e um dos apoiadores, deverá o juiz, ouvido o Ministério Público, decidir sobre a questão.

§ 7º Se o **apoiador agir com negligência, exercer pressão indevida ou não adimplir as obrigações assumidas**, poderá a pessoa apoiada ou qualquer pessoa apresentar denúncia ao Ministério Público ou ao juiz.

§ 8º Se **procedente a denúncia**, o juiz **destituirá o apoiador e nomeará**, ouvida a pessoa apoiada e se for de seu interesse, **outra pessoa** para prestação de apoio.

§ 9º A pessoa apoiada pode, a qualquer tempo, solicitar o término de acordo firmado em processo de tomada de decisão apoiada.

§ 10. O apoiador pode solicitar ao juiz a exclusão de sua participação do processo de tomada de decisão apoiada, sendo seu desligamento condicionado à manifestação do juiz sobre a matéria.

§ 11. Aplicam-se à tomada de decisão apoiada, no que couber, as disposições referentes à prestação de contas na curatela."

Para a prova:





### TOMADA DE DECISÃO APOIADA

- procedimento de jurisdição voluntária.
- aconselhamento de, pelo menos, duas pessoas, de sua confiança e com as quais mantenha vínculos, para a prática de atos da vida civil.
- depende de termo do qual conste: pessoas indicadas, limites do apoio, compromissos fixados, prazo de vigência do acordo e interesses da pessoa com deficiência.
- necessidade de oitiva pessoal da pessoa e dos apoiadores, com participação de equipe multidisciplinar e do Ministério Público.
- destituição do apoiador: a) o apoiador agir com negligência; b) o apoiador exercer pressão indevida; e c) o apoiador não adimplir as obrigações assumidas.

🔗 Art. 117. O art. 1º, da Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É assegurado à pessoa com deficiência visual acompanhada de cão-guia o direito de ingressar e de permanecer com o animal em todos os meios de transporte e em estabelecimentos abertos ao público, de uso público e privados de uso coletivo, desde que observadas as condições impostas por esta Lei.

§ 2º O disposto no caput deste artigo aplica-se a todas as modalidades e jurisdições do serviço de transporte coletivo de passageiros, inclusive em esfera internacional com origem no território brasileiro.” (NR)

A Lei do Cão-Guia foi alterada para autorizar a utilização do animal para auxílio à pessoa com deficiência a ser adotada em todas as modalidades de transporte coletivo.

🔗 Art. 118. O inciso IV, do art. 46, da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea “k”:

“Art. 46.

IV -

k) de acessibilidade a todas as pessoas.

O Estatuto dos Museus foi alterado para estabelecer que, no planejamento de prestação dos serviços em museus, devem ser observadas as normas de acessibilidade.

Art. 119. A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 12-B:

“Art. 12-B. Na outorga de exploração de serviço de táxi, reservar-se-ão 10% (dez por cento) das vagas para condutores com deficiência.

§ 1º Para concorrer às vagas reservadas na forma do caput deste artigo, o condutor com deficiência deverá observar os seguintes requisitos quanto ao veículo utilizado:





I - ser de sua propriedade e por ele conduzido; e

II - estar adaptado às suas necessidades, nos termos da legislação vigente.

§ 2º No caso de não preenchimento das vagas na forma estabelecida no caput deste artigo, as remanescentes devem ser disponibilizadas para os demais concorrentes.”

A Lei que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana foi alterada para prever na exploração dos serviços de táxi a necessidade de serem reservadas, ao menos, 10% dos veículos acessíveis para que taxistas com deficiência possam exercer a profissão. Assim, temos duas regras importantes em relação aos táxis:

↳ 10% da frota deve ser acessível; e

↳ 10% da frota deve ser reservada para condutores deficientes.

Finalizamos, com isso, o estudo dos dispositivos do Estatuto que alterou parte da legislação nacional, para adequar o ordenamento às regras e às prescrições do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Para revisão, confira a síntese das normas alteradas pelo Estatuto:

#### NORMAS ALTERADAS PELO ESTATUTO

- O CÓDIGO ELEITORAL foi alterado para prever a obrigação de os TREs expedirem instruções a fim de orientar as Juntas Eleitorais quanto ao atendimento das normas de acessibilidade para o eleitor com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive em relação ao transporte para o dia das eleições.
- A CLT foi alterada para assegurar o tratamento privilegiado ao aprendiz com deficiência para:
  - ↳ flexibilização das regras de comprovação da escolaridade para ter direito ao benefício; e
  - ↳ não exigência de desempenho suficiente ou adaptação do aprendiz como hipótese de rescisão antecipada do contrato de aprendizagem.
- A LEI DA CORDE foi alterada para conferir legitimidade ao MP, à Defensoria Pública, às associações constituídas há mais de um ano, a autarquias, às empresas públicas, às fundações e a sociedade de economia mista a prerrogativa de promoverem a proteção à pessoa com deficiência.
- A LEI DO FGTS prevê a possibilidade de movimentação da conta vinculada do FGTS quando necessitar órtese ou prótese para promoção de acessibilidade e de inclusão social.
- O CDC foi alterado para prever a obrigatoriedade de acessibilidade em produtos.
- A LEI DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS prevê a pessoa com deficiência (cônjuge, companheiro, filho de qualquer idade ou irmão) como beneficiária do Regime Geral de Previdência Social.
- A LEI DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA (PRONAC) prevê incentivos para a edição de produtos culturais acessíveis à pessoa com deficiência.
- A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA prevê que deixar de cumprir normas de acessibilidade é ato de improbidade violador dos princípios da Administração Pública.
- A LEI DE LICITAÇÕES prevê, entre os critérios de desempate e de margem de empresa nas licitações, o atendimento dos requisitos de acessibilidade.
- A LEI DO SUAS foi alterada para adequar o conceito de pessoa com deficiência ao Estatuto.
- A LEI DE PRÁTICAS DISCRIMINATÓRIAS NAS EMPRESAS estabelece, entre as vedações, o tratamento desigual conferido à pessoa com deficiência.
- A LEI QUE DISCIPLINA O IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA estabelece a prioridade para recebimento da restituição do imposto de renda.



O CTB foi alterada para prever:

- ✎ que a multa aplicada para quem estacionar em vaga reservada deve conter dados sobre a infração devida.
- ✎ regras de acessibilidade para quem fizer os testes para obtenção da CNH.

A LEI DO ESPORTE foi alterada para prever receita vinculada aos esportes paraolímpicos, no importe de 37,04% sobre 2,7% da renda bruta de loterias.

A LEI DE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO foi alterada para retirar a expressão “pessoa portadora de deficiência” para pessoa com deficiência.

A LEI DE ACESSIBILIDADE foi alterada para, em síntese:

- ✎ adotar os conceitos do Estatuto da Pessoa com Deficiência (em referência ao art. 3º);
- ✎ prever a obrigatoriedade de sinalização tátil para circulação de pedestres; e
- ✎ prever a obrigatoriedade de fornecimento de cadeiras de rodas, motorizadas ou não, para atendimento à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida em centros comerciais.

O ESTATUTO DA CIDADE foi alterado para prever a obrigatoriedade de o Poder Público incluir, no ordenamento das cidades, regras de acessibilidade além de plano de rotas acessíveis para a circulação de pedestres.

O CC foi alterado para:

- ✎ retirar a pessoa com deficiência de quaisquer hipóteses presumidas de incapacidade civil tanto absoluta como relativa.
- ✎ assegurar à pessoa com deficiência o direito de testemunhar em igualdade de condições com demais pessoas e com a utilização de recursos de tecnologia assistiva.
- ✎ garantir a autodeterminação da pessoa para contrair matrimônio.
- ✎ excluir, das hipóteses de erro essencial capaz de anular o casamento, a condição de pessoa com deficiência prevista no rol de moléstias graves e contagiosas.
- ✎ excluir das hipóteses de interdição a pessoa com deficiência.
- ✎ atribuir ao Ministério Público a legitimidade ativa para promover a curadoria de pessoa com deficiência.
- ✎ obrigar a oitiva da pessoa com deficiência, mediante assistência multidisciplinar, no caso de instituição de curadoria.
- ✎ prever que a restrição à capacidade para a prática de atos negociais e patrimoniais em função da curatela será proporcionada de acordo com o entendimento do juiz à luz do caso concreto.
- ✎ prever a possibilidade da curatela ser exercida por mais de um curador.
- ✎ garantir apoio e defesa do direito à convivência familiar e comunitária.
- ✎ instituir a tomada de decisão apoiada.

○ Ainda em relação ao CC, tivemos alteração para prever a tomada de decisão apoiada, que se caracteriza:

- ✎ procedimento de jurisdição voluntária;
  - ✎ aconselhamento de, pelo menos, duas pessoas, de sua confiança e com as quais mantenha vínculos, para a prática de atos da vida civil;
- À depende de termo do qual conste: pessoas indicadas, limites do apoio, compromissos fixados, prazo de vigência do acordo e interesses da pessoa com deficiência;
- ✎ necessidade de oitiva pessoal da pessoa e dos apoiadores, com participação de equipe multidisciplinar e do Ministério Público;
  - ✎ destituição do apoiador:
    - a) o apoiador agir com negligência;
    - b) o apoiador exercer pressão indevida; e
    - c) o apoiador não adimpler as obrigações assumidas.



A LEI DO CÃO-GUIA foi alterada para autorizar a utilização do animal para auxílio à pessoa com deficiência a ser adotada em todas as modalidades de transporte coletivo.

O ESTATUTO DOS MUSEUS foi alterado para estabelecer que, no planejamento de prestação dos serviços prestados em museus, devem ser observadas normas de acessibilidade.

A LEI QUE INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA foi alterada para prever, na exploração dos serviços de táxi, a necessidade de serem reservados, ao menos, 10% dos veículos acessíveis às pessoas com deficiência.

Vejamos as questões!



## RESUMO – NORMAS ALTERADAS PELO ESTATUTO

- O **CÓDIGO ELEITORAL** foi alterado para prever a obrigação de os TREs expedirem instruções a fim de orientar as Juntas Eleitorais quanto ao atendimento das normas de acessibilidade para o eleitor com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive em relação ao transporte para o dia das eleições.
- A **CLT** foi alterada para assegurar tratamento privilegiado ao aprendiz com deficiência para:
  - ↳ flexibilização das regras de comprovação da escolaridade para ter direito ao benefício; e
  - ↳ não exigência de desempenho suficiente ou adaptação do aprendiz como hipótese de rescisão antecipada do contrato de aprendizagem.
- A **LEI DA CORDE** foi alterada para conferir legitimidade ao MP, à Defensoria Pública, às associações constituídas há mais de um ano, a autarquias, a empresas públicas, a fundações e à sociedade de economia mista a prerrogativa de promoverem a proteção à pessoa com deficiência.
- A **LEI DO FGTS** prevê a possibilidade de movimentação da conta vinculada do FGTS quando necessitar órtese ou prótese para promoção de acessibilidade e de inclusão social.
- O **CDC** foi alterado para prever a obrigatoriedade de acessibilidade em produtos.
- A **LEI DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS** prevê a pessoa com deficiência (cônjuge, companheiro, filho de qualquer idade ou irmão) como beneficiária do Regime Geral de Previdência Social.
- A **LEI DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA** (PRONAC) prevê incentivos para a edição de produtos culturais acessíveis à pessoa com deficiência.
- A **LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA** prevê que deixar de cumprir normas de acessibilidade é ato de improbidade violador dos princípios da Administração Pública.
- A **LEI DE LICITAÇÕES** prevê, entre os critérios de desempate e de margem de empresa nas licitações, o atendimento dos requisitos de acessibilidade.
- A **LEI DO SUAS** foi alterada para adequar o conceito de pessoa com deficiência ao Estatuto.
- A **LEI DE PRÁTICAS DISCRIMINATÓRIAS NAS EMPRESAS** estabelece entre as vedações o tratamento desigual conferido à pessoa com deficiência.



○ A **LEI QUE DISCIPLINA O IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA** estabelece a prioridade para recebimento da restituição do imposto de renda.

O **CTB** foi alterada para prever:

↳ que a multa aplicada para quem estacionar em vaga reservada deve conter dados sobre a infração devida.

↳ regras de acessibilidade para quem fizer os testes para obtenção da CNH.

○ A **LEI DO ESPORTE** foi alterada para prever receita vinculada aos esportes paraolímpicos, no importe de 37,04% sobre 2,7% da renda bruta de loterias.

○ A **LEI DE PRIORIDADE DE ATENDIMENTO** foi alterada para retirar a expressão “pessoa portadora de deficiência” para pessoa com deficiência.

○ A **LEI DE ACESSIBILIDADE** foi alterada para, em síntese:

↳ adotar os conceitos do Estatuto da Pessoa com Deficiência (em referência ao art. 3º);

↳ prever a obrigatoriedade de sinalização tátil para circulação de pedestres; e

↳ prever a obrigatoriedade de fornecimento de cadeiras de rodas, motorizadas ou não, para atendimento à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida em centros comerciais.

○ O **ESTATUTO DA CIDADE** foi alterado para prever a obrigatoriedade de o Poder Público incluir, no ordenamento das cidades, regras de acessibilidade além de plano de rotas acessíveis para a circulação de pedestres.

○ O **CC** foi alterado para:

↳ retirar a pessoa com deficiência de quaisquer hipóteses presumidas de incapacidade civil tanto absoluta como relativa.

↳ assegurar à pessoa com deficiência o direito de testemunhar em igualdade de condições com demais pessoas e com a utilização de recursos de tecnologia assistiva.

↳ garantir a autodeterminação da pessoa para contrair matrimônio.

↳ excluir, das hipóteses de erro essencial capaz de anular o casamento, a condição de pessoa com deficiência prevista no rol de moléstias graves e contagiosas.



- ✎ excluir das hipóteses de interdição a pessoa com deficiência.
- ✎ atribuir ao Ministério Público a legitimidade ativa para promover a curadoria de pessoa com deficiência.
- ✎ obrigar a oitiva da pessoa com deficiência, mediante assistência multidisciplinar, no caso de instituição de curadoria.
- ✎ prever que a restrição à capacidade para a prática de atos negociais e patrimoniais em função da curatela será proporcionada de acordo com o entendimento do juiz à luz do caso concreto.
- ✎ prever a possibilidade de um curador atender a várias pessoas com deficiência curateladas.
- ✎ garantir apoio e defesa do direito à convivência familiar e comunitária.
- ✎ instituir a tomada de decisão apoiada.

○ Ainda em relação ao **CC**, tivemos alteração para prever a tomada de decisão apoiada, que se caracteriza:

- ✎ procedimento de jurisdição voluntária;
- ✎ aconselhamento de, pelo menos, duas pessoas, de sua confiança e com as quais mantenha vínculos, para a prática de atos da vida civil;
- ✎ depende de termo do qual conste: pessoas indicadas, limites do apoio, compromissos fixados, prazo de vigência do acordo e interesses da pessoa com deficiência;
- ✎ necessidade de oitiva pessoal da pessoa e dos apoiadores, com participação de equipe multidisciplinar e do Ministério Público;
- ✎ destituição do apoiador:
  - a) o apoiador agir com negligência;
  - b) o apoiador exercer pressão indevida; e
  - c) o apoiador não adimpler as obrigações assumidas.

○ A **LEI DO CÃO-GUIA** foi alterada para autorizar a utilização do animal para auxílio à pessoa com deficiência a ser adotada em todas as modalidades de transporte coletivo.



- O **ESTATUTO DOS MUSEUS** foi alterado para estabelecer que, no planejamento de prestação dos serviços prestados em museus, devem ser observadas normas de acessibilidade.
- A **LEI QUE INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA** foi alterada para prever, na exploração dos serviços de táxi, a necessidade de serem reservadas, ao menos, 10% dos veículos acessíveis às pessoas com deficiência.



## QUESTÕES COMENTADAS

1. (AOCP/TRT1ªR - 2018) José é pessoa com deficiência e está submetido ao regime de curatela. Ele pretende contrair matrimônio, no entanto seu curador o está impedindo. Nesse sentido, de acordo com os ditames da Lei nº 13.146/2015, o curador de José

a) não está agindo corretamente, já que a curatela atinge tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.

b) não está agindo corretamente, já que, embora a curatela atinja atos de natureza matrimonial, caberia nesse caso ao poder judiciário a decisão sobre a autorização de se contrair matrimônio.

c) está agindo corretamente já que a curatela alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto do curatelado.

d) está agindo corretamente já que o ato de contrair matrimônio pode refletir na esfera patrimonial do curatelado.

e) está agindo corretamente já que à pessoa submetida ao regime de curatela é vedado contrair matrimônio.

### Comentários

A questão cobra conhecimentos sobre a Lei n. 13.146/15, especificamente, sobre a curatela. Vejamos alternativa por alternativa:

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão. De fato, de acordo com o Estatuto, o curador de José não estaria agindo de forma correta. Segundo o art. 85, da referida lei, a curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. Não bastasse isso, o § 1º, do art. 85, ainda completa: “A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto. Diante disso, nosso gabarito tem mesmo que ser a alternativa A.

A **alternativa B** está incorreta. Como vimos na alternativa A, a curatela não atinge os direitos de ordem matrimonial (art. 85, § 1º, do Estatuto).

A **alternativa C** também está incorreta. Como vimos na alternativa A, a curatela não atinge o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho ou ao voto do curatelado (art. 85, § 1º, do Estatuto).

A **alternativa D**, igualmente, está incorreta. Apesar de o ato de contrair matrimônio poder refletir na esfera patrimonial do curatelado, a lei é bem clara em especificar que a curatela não atinge o direito ao matrimônio do curatelado (art. 85, § 1º, do Estatuto).

E a **alternativa E**, por fim, também está incorreta. Pelos mesmos motivos expostos acima (art. 85, § 1º, do Estatuto).

2. (TRF-4ªR - 2016) Assinale a alternativa correta.

A respeito da capacidade civil, levando em conta a Lei nº 13.146/2015:





- a) O direito ao recebimento de atendimento prioritário da pessoa com deficiência não abrange a tramitação processual e os procedimentos judiciais em que for parte ou interessada.
- b) A pessoa com deficiência – assim entendida aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas – é considerada capaz para casar-se e constituir união estável, exercer direitos sexuais e reprodutivos e conservar sua fertilidade, mas não para exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção.
- c) A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Contudo, a incapacidade cessará, para os menores, dentre outras hipóteses legalmente elencadas, pelo desempenho de funções inerentes a cargo público comissionado ou de provimento efetivo.
- d) Qualquer pessoa com mais de dezesseis anos pode casar, independentemente de autorização de seus pais e representantes legais.
- e) A curatela de pessoas com deficiência afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, isto é, sua definição não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.

### Comentários

A **alternativa A** está incorreta. A pessoa com deficiência tem o direito de receber atendimento prioritário, inclusive na tramitação processual, conforme art. 9º, VII, do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A **alternativa B** está incorreta. De acordo com o art. 6º, VI, da Lei nº 13.146/2015, a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para fins de guarda, tutela, curatela e adoção.

A **alternativa C** está incorreta. Não há cessação da incapacidade por desempenho de cargo público comissionado, mas apenas o efetivo, conforme dispõe o art. 5º, do Código Civil.

A **alternativa D** está incorreta, também com base em um artigo do Código Civil. Para que homem ou mulher com 16 anos possam casar é exigida a autorização de ambos os pais ou de representantes legais, conforme as 1.517, do CC.

A **alternativa E** está correta e é o gabarito da questão, conforme art. 85, § 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Art. 85. A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.

§ 1º A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.

### 3. (MPE-SC - 2016) Julgue:

A Lei n. 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) determina o oferecimento de todos os recursos de tecnologia assistida disponíveis para que a pessoa com deficiência tenha garantido o acesso à justiça, sempre que figure em um dos polos da ação ou participe da lide posta em Juízo, salvo na condição de testemunha.



## Comentários

A assertiva está **incorreta**. A lei determina que devem ser oferecidos todos os recursos de tecnologia assistida disponíveis para que a pessoa com deficiência tenha garantido o acesso à justiça. Assim, sempre que a pessoa com deficiência figure em um dos polos da ação, atue como testemunha, participe da lide posta em juízo, atue como advogado, defensor público, magistrado ou membro do Ministério Público, devem ser fornecidos os recursos necessários para a atuação. Vejamos o art. 80:

Art. 80. Devem ser oferecidos todos os recursos de tecnologia assistida disponíveis para que a pessoa com deficiência tenha garantido o acesso à justiça, sempre que figure em um dos polos da ação ou atue como testemunha, participe da lide posta em juízo, advogado, defensor público, magistrado ou membro do Ministério Público.

Parágrafo único. A pessoa com deficiência tem garantido o acesso ao conteúdo de todos os atos processuais de seu interesse, inclusive no exercício da advocacia.



## QUESTÕES COMENTADAS

1. (AOCP/TRT1ªR - 2018) Sebastião mora com seu pai, que é pessoa com deficiência física e beneficiário de pensão previdenciária. Sebastião, com claro objetivo de obter vantagem indevida para si, retém, de maneira indevida, o cartão magnético destinado ao recebimento da pensão previdenciária de seu pai. Com base no disposto na Lei nº 13.146/2015, a conduta de Sebastião é tipificada como crime punível com

- a) reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
- b) detenção, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
- c) detenção, de 6 (seis) meses a 4 (quatro) anos, e multa.
- d) reclusão, de 6 (seis) meses a 4 (quatro) anos, e multa.
- e) detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

### Comentários

A questão cobra, especificamente, o preceito secundário do art. 91, da Lei n. 13.146/15. Confirmam:

Art. 91. Reter ou utilizar cartão magnético, qualquer meio eletrônico ou documento de pessoa com deficiência destinados ao recebimento de benefícios, proventos, pensões ou remuneração ou à realização de operações financeiras, com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Nosso gabarito, portanto, é a **alternativa E**.

2. (AOCP/TRT1ªR - 2018) Um Técnico Judiciário, no exercício de suas atividades, pratica discriminação contra um colega de serviço em razão da sua deficiência física. Nesse sentido, de acordo com a Lei 13.146/2015, o Técnico Judiciário comete crime punível com pena de

- a) reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.
- b) reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
- c) reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa.
- d) reclusão, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.
- e) reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

### Comentários

De acordo com o art. 88 do Estatuto, quem praticar, induzir ou incitar a discriminação de pessoa em razão de sua deficiência será punido com reclusão, de 1 a 3 anos, e multa. Logo, a **alternativa A** é a correta e gabarito da questão.



**3. (IBFC/MG - 2016) Assinale a alternativa correta, considerando as disposições da Lei Federal nº 13.146, de 06/07/2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).**

- a) Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência é conduta punível com reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
- b) Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência é conduta punível com detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
- c) Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência é conduta punível com reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.
- d) Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência é conduta punível com detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

**Comentários**

A questão cobra o crime previsto no art. 88, do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Art. 88. Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

O crime de discriminação, seja na forma direta ou na forma induzida ou incitada, acarreta pena de RECLUSÃO de 1 a 03 anos e multa.

Portanto, a **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão.

**4. (IBFC/MGS - 2016) Assinale a alternativa correta, considerando as disposições da Lei Federal nº 13.146, de 06/07/2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).**

- a) Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência é conduta punível com reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
- b) Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência é conduta punível com detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
- c) Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência é conduta punível com reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.
- d) Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência é conduta punível com detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

**Comentários**

Como dito, se o assunto crimes e infrações for exigido em provas, será cobrado a sua literalidade.

Para responder a essa questão, é necessário conhecer o art. 88, do Estatuto, que assim disciplina:



Art. 88. Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Portanto, a **alternativa C** é a correta e gabarito da questão.



## QUESTÕES COMENTADAS

1. (AOCP/TRT1ªR - 2018) Antônio é pessoa com deficiência moderada e recebe o benefício de prestação continuada previsto no art. 20 da Lei nº 8.742/1993. Acontece que Antônio passou a exercer atividade remunerada que o enquadra como segurado obrigatório do RGPS (Regime Geral de Previdência Social). Nesse caso, de acordo com o previsto na Lei nº 13.146/2015, Antônio

- a) não terá direito a qualquer auxílio, já que passou a exercer atividade remunerada.
- b) terá direito a auxílio-inclusão, nos termos da lei.
- c) não terá direito a auxílio inclusão, já que acumulará seu benefício de prestação continuada com a remuneração de sua atividade.
- d) terá direito a auxílio inclusão, desde que opte por não se submeter ao Regime Geral de Previdência Social.
- e) terá direito a cumular metade de seu benefício de prestação continuada com a remuneração de sua atividade.

### Comentários

A questão cobra a relação entre o auxílio-inclusão (art. 94, da Lei n. 13.146/15) e o benefício de prestação continuada (art. 20, da Lei n. 8.742/93). Segundo a lei, o auxílio-inclusão será devido à pessoa com deficiência, moderada ou grave que (i) receba o benefício da prestação continuada e passe a exercer atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório do RGPS, ou (ii) tenha recebido nos últimos 5 (cinco) anos, o benefício de prestação continuada e que exerça atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório do RGPS. Vejamos:

A **alternativa A** está incorreta. O fato de Antônio ter passado a exercer atividade remunerada, por si só, não é suficiente para impedir o seu direito ao auxílio, pelo contrário, de acordo com a disposição expressa do art. 94, I, da Lei n. 13.146/15:

Art. 94. Terá direito a auxílio-inclusão, nos termos da lei, a pessoa com deficiência moderada ou grave que:

I - receba o benefício de prestação continuada previsto no art. 20 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e que passe a exercer atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório do RGPS;

A **alternativa B** está correta e é o gabarito da questão. Pelos mesmos motivos expostos na alternativa A, Antônio terá direito ao auxílio-inclusão, nos termos do art. 94, I, da Lei n. 13.146/15.

A **alternativa C** está incorreta, já que, como já vimos, Antônio terá direito ao auxílio-inclusão, nos termos do art. 94, I.

A **alternativa D** está incorreta. Não existe, na lei, a necessidade de se optar por não se submeter ao RGPS como requisito para a obtenção do auxílio. Ao contrário, é necessário que a atividade remunerada desempenhada enquadre o beneficiário como segurado obrigatório do RGPS.



E a **alternativa E**, por fim, está incorreta. Também não existe previsão legal que diga respeito a metade do benefício de prestação continuada cumulada com a remuneração do beneficiário.

**2. (MPE-RS - 2017) Quanto aos direitos da pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta.**

- a) Terá direito ao auxílio-inclusão, nos termos da lei, a pessoa com deficiência moderada ou grave que receba o benefício da prestação continuada e que passe a exercer atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social-RGPS.
- b) O Cadastro-Inclusão, criado pela Lei n. 13.146/2015, será administrado pelo Poder Executivo estadual, podendo esta administração, mediante convênio, ser delegada aos Municípios.
- c) Acompanhante, segundo o conceito trazido na Lei n. 13.146/2015, é a pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.
- d) No caso de pessoa com deficiência em situação de institucionalização, ao nomear curador, o juiz deve dar preferência ao representante da entidade em que se encontra abrigada a pessoa.
- e) Na tomada de decisão apoiada, é vedado ao terceiro, com quem a pessoa apoiada mantenha relação negocial, postular que os apoiadores contra-assinem o contrato ou acordo, tendo em conta que este instituto não restringe a plena capacidade da pessoa com deficiência.

**Comentários**

A **alternativa A** está correta e é o gabarito da questão, pois é o que dispõe o art. 94, I, do Estatuto da Pessoa com Deficiência:

Art. 94. Terá direito a auxílio-inclusão, nos termos da lei, a pessoa com deficiência moderada ou grave que:

I - receba o benefício de prestação continuada previsto no art. 20 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e que passe a exercer atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório do RGPS;

A **alternativa B** está incorreta. De acordo com o §1º, do art. 92, da Lei nº 13.146/15, o Cadastro-Inclusão será administrado pelo Poder Executivo Federal e constituído por base de dados, instrumentos, procedimentos e sistemas eletrônicos.

A **alternativa C** está incorreta, pois diz respeito ao conceito de atendente pessoal, e não de acompanhante. Vejamos o art. 3º, XII, da referida Lei:

XII - atendente pessoal: pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

O conceito de acompanhante está previsto no inciso XIV:



XIV - acompanhante: aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.

A **alternativa D** está incorreta. Segundo o art. 85, §3º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, no caso de pessoa em situação de institucionalização nomear curador, o juiz deve dar preferência à pessoa que tenha vínculo de natureza familiar, afetiva ou comunitária com o curatelado.

A **alternativa E** está incorreta. Com base no art. 1.783-A, §5º, do Código Civil, na tomada de decisão apoiada, o terceiro, com quem a pessoa apoiada mantenha relação negocial, pode solicitar que os apoiadores contra-assinem o contrato ou acordo, especificando, por escrito, sua função em relação ao apoiado.





## QUESTÕES COMENTADAS

### 1. (MPE-GO - 2016) A Tomada de Decisão Apoiada, modelo protecionista criado pela Lei n. 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência):

- a) destina-se a proteção de pessoa vulnerável em virtude de circunstância pessoal, física, psíquica ou intelectual, restringindo-lhe temporariamente a capacidade, a fim de que receba auxílio para decisão sobre determinado ato da vida civil;
- b) configura novo instituto jurídico, ao lado da tutela e da curatela, vocacionado para a proteção de incapazes ou relativamente incapazes, devendo os apoiadores nomeados pelo juiz, após oitiva do Ministério Público, seguir fielmente o termo levado a juízo, considerando as necessidades e aspirações da pessoa apoiada;
- c) será determinada pelo juiz, em procedimento de jurisdição voluntária, a requerimento da pessoa com deficiência que indicará pelo menos duas pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculo e que gozem de sua confiança, para fornecer-lhe apoio na tomada de decisão relativa a atos da vida civil;
- d) é um modelo protecionista criado em favor de pessoas interditadas, em razão de deficiência física, sensorial, psíquica ou intelectual, com objetivo de que o juiz, ouvido o Ministério Público, indique duas pessoas integrantes de equipe multidisciplinar para prestar apoio ao interdito na tomada de decisão relativa aos atos da vida civil.

#### Comentários

A questão cobra o conhecimento do procedimento de tomada de decisão apoiada, introduzido no Código Civil pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência. Vejamos o artigo:

Art. 1.783-A. A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos 2 (duas) pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade.

Assim, a tomada de decisão apoiada será um procedimento que depende de requerimento da pessoa com deficiência, no caso, um procedimento de jurisdição voluntária. Portanto, a **alternativa C** está correta e é o gabarito da questão.

### 2. (MPE-SC - 2016) Julgue:

A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual o juiz, assistido por equipe multidisciplinar, após oitiva do Ministério Público, elege pelo menos duas pessoas idôneas, com as quais a pessoa com deficiência mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade.

#### Comentários

A questão cobra o conhecimento do procedimento de tomada de decisão apoiada, introduzido no Código Civil pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência. Vejamos o artigo:



Art. 1.783-A. A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos 2 (duas) pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade.

Assim, a tomada de decisão apoiada será um procedimento que depende de requerimento da pessoa com deficiência, e não do juiz. Portanto, a assertiva está **incorreta**.



## LISTA DE QUESTÕES

**1. (AOCP/TRT1ªR - 2018) José é pessoa com deficiência e está submetido ao regime de curatela. Ele pretende contrair matrimônio, no entanto seu curador o está impedindo. Nesse sentido, de acordo com os ditames da Lei nº 13.146/2015, o curador de José**

- a) não está agindo corretamente, já que a curatela atinge tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.
- b) não está agindo corretamente, já que, embora a curatela atinja atos de natureza matrimonial, caberia nesse caso ao poder judiciário a decisão sobre a autorização de se contrair matrimônio.
- c) está agindo corretamente já que a curatela alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto do curatelado.
- d) está agindo corretamente já que o ato de contrair matrimônio pode refletir na esfera patrimonial do curatelado.
- e) está agindo corretamente já que à pessoa submetida ao regime de curatela é vedado contrair matrimônio.

**2. (TRF-4ªR - 2016) Assinale a alternativa correta.**

A respeito da capacidade civil, levando em conta a Lei nº 13.146/2015:

- a) O direito ao recebimento de atendimento prioritário da pessoa com deficiência não abrange a tramitação processual e os procedimentos judiciais em que for parte ou interessada.
- b) A pessoa com deficiência – assim entendida aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas – é considerada capaz para casar-se e constituir união estável, exercer direitos sexuais e reprodutivos e conservar sua fertilidade, mas não para exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção.
- c) A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Contudo, a incapacidade cessará, para os menores, dentre outras hipóteses legalmente elencadas, pelo desempenho de funções inerentes a cargo público comissionado ou de provimento efetivo.
- d) Qualquer pessoa com mais de dezesseis anos pode casar, independentemente de autorização de seus pais e representantes legais.
- e) A curatela de pessoas com deficiência afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial, isto é, sua definição não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.

**3. (MPE-SC - 2016) Julgue:**

A Lei n. 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) determina o oferecimento de todos os recursos de tecnologia assistida disponíveis para que a pessoa com deficiência tenha garantido o acesso à justiça, sempre que figure em um dos polos da ação ou participe da lide posta em Juízo, salvo na condição de testemunha.



## GABARITO

1. A
2. E
3. INCORRETA



## LISTA DE QUESTÕES

**1. (AOC/RT1ªR - 2018) Sebastião mora com seu pai, que é pessoa com deficiência física e beneficiário de pensão previdenciária. Sebastião, com claro objetivo de obter vantagem indevida para si, retém, de maneira indevida, o cartão magnético destinado ao recebimento da pensão previdenciária de seu pai. Com base no disposto na Lei nº 13.146/2015, a conduta de Sebastião é tipificada como crime punível com**

- a) reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
- b) detenção, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
- c) detenção, de 6 (seis) meses a 4 (quatro) anos, e multa.
- d) reclusão, de 6 (seis) meses a 4 (quatro) anos, e multa.
- e) detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

**2. (AOC/RT1ªR - 2018) Um Técnico Judiciário, no exercício de suas atividades, pratica discriminação contra um colega de serviço em razão da sua deficiência física. Nesse sentido, de acordo com a Lei 13.146/2015, o Técnico Judiciário comete crime punível com pena de**

- a) reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.
- b) reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
- c) reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa.
- d) reclusão, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.
- e) reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

**3. (IBFC/MG - 2016) Assinale a alternativa correta, considerando as disposições da Lei Federal nº 13.146, de 06/07/2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).**

- a) Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência é conduta punível com reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
- b) Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência é conduta punível com detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
- c) Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência é conduta punível com reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.
- d) Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência é conduta punível com detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

**4. (IBFC/MGS - 2016) Assinale a alternativa correta, considerando as disposições da Lei Federal nº 13.146, de 06/07/2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).**



- a) Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência é conduta punível com reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
- b) Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência é conduta punível com detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
- c) Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência é conduta punível com reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.
- d) Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência é conduta punível com detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.



## GABARITO

1. E
2. A
3. C
4. C



## LISTA DE QUESTÕES

**1. (AOC/TRT1ªR - 2018) Antônio é pessoa com deficiência moderada e recebe o benefício de prestação continuada previsto no art. 20 da Lei nº 8.742/1993. Acontece que Antônio passou a exercer atividade remunerada que o enquadra como segurado obrigatório do RGPS (Regime Geral de Previdência Social). Nesse caso, de acordo com o previsto na Lei nº 13.146/2015, Antônio**

- a) não terá direito a qualquer auxílio, já que passou a exercer atividade remunerada.
- b) terá direito a auxílio-inclusão, nos termos da lei.
- c) não terá direito a auxílio inclusão, já que acumulará seu benefício de prestação continuada com a remuneração de sua atividade.
- d) terá direito a auxílio inclusão, desde que opte por não se submeter ao Regime Geral de Previdência Social.
- e) terá direito a cumular metade de seu benefício de prestação continuada com a remuneração de sua atividade.

**2. (MPE-RS - 2017) Quanto aos direitos da pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta.**

- a) Terá direito ao auxílio-inclusão, nos termos da lei, a pessoa com deficiência moderada ou grave que receba o benefício da prestação continuada e que passe a exercer atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social-RGPS.
- b) O Cadastro-Inclusão, criado pela Lei n. 13.146/2015, será administrado pelo Poder Executivo estadual, podendo esta administração, mediante convênio, ser delegada aos Municípios.
- c) Acompanhante, segundo o conceito trazido na Lei n. 13.146/2015, é a pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.
- d) No caso de pessoa com deficiência em situação de institucionalização, ao nomear curador, o juiz deve dar preferência ao representante da entidade em que se encontra abrigada a pessoa.
- e) Na tomada de decisão apoiada, é vedado ao terceiro, com quem a pessoa apoiada mantenha relação negocial, postular que os apoiadores contra-assinem o contrato ou acordo, tendo em conta que este instituto não restringe a plena capacidade da pessoa com deficiência.





## GABARITO

1. B
2. A



## LISTA DE QUESTÕES

### 1. (MPE-GO - 2016) A Tomada de Decisão Apoiada, modelo protecionista criado pela Lei n. 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência):

- a) destina-se a proteção de pessoa vulnerável em virtude de circunstância pessoal, física, psíquica ou intelectual, restringindo-lhe temporariamente a capacidade, a fim de que receba auxílio para decisão sobre determinado ato da vida civil;
- b) configura novo instituto jurídico, ao lado da tutela e da curatela, vocacionado para a proteção de incapazes ou relativamente incapazes, devendo os apoiadores nomeados pelo juiz, após oitiva do Ministério Público, seguir fielmente o termo levado a juízo, considerando as necessidades e aspirações da pessoa apoiada;
- c) será determinada pelo juiz, em procedimento de jurisdição voluntária, a requerimento da pessoa com deficiência que indicará pelo menos duas pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculo e que gozem de sua confiança, para fornecer-lhe apoio na tomada de decisão relativa a atos da vida civil;
- d) é um modelo protecionista criado em favor de pessoas interditadas, em razão de deficiência física, sensorial, psíquica ou intelectual, com objetivo de que o juiz, ouvido o Ministério Público, indique duas pessoas integrantes de equipe multidisciplinar para prestar apoio ao interdito na tomada de decisão relativa aos atos da vida civil.

### 2. (MPE-SC - 2016) Julgue:

A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual o juiz, assistido por equipe multidisciplinar, após oitiva do Ministério Público, elege pelo menos duas pessoas idôneas, com as quais a pessoa com deficiência mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade.



## GABARITO

1. C
2. INCORRETA



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.